



**RATIO – FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA**

**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**RONALDO DOS SANTOS AMARANTES**

**MOVIMENTOS SOCIAIS:**

**Desafios e Perspectivas**

**FORTALEZA**

**2017**

RONALDO DOS SANTOS AMARANTES

MOVIMENTOS SOCIAIS:

Desafios e Perspectivas

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Luciana Gomes Marinho

FORTALEZA

2017

RONALDO DOS SANTOS AMARANTES

MOVIMENTOS SOCIAIS:  
Desafios e Perspectivas

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Luciana Gomes Marinho  
(Orientadora – Faculdade Ratio)

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Maria do Socorro Lima Martins Matos  
(Avaliadora – Faculdade Ratio)

---

Prof<sup>a</sup>. Esp. Francisca Emmanuella Saraiva Martins  
(Avaliadora – Faculdade Ratio)

À minha mãe, Francisca Maria dos Santos Amarantes, fiel companheira, sempre atenta à minha caminhada de graduando, pontuou vasta dedicação aos filhos ensinando o valor das conquistas através do trabalho contínuo e ao respeito ao próximo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva gratuita (vida), pela oportunidade concedida para a conclusão desta graduação, frente toda dificuldade.

À minha mãe, grande exemplo, sendo mãe solteira soube me educar, mostrando que a conquista vem com dedicação e esforço.

Ao meu amigo, Lucas Nocrato Soares, pelo qual tenho especial carinho, sempre me apoiou, em todos os aspectos com dedicação e cuidado.

À Rosane Dantas que em momentos de dificuldades econômicas me abraçou em seu estabelecimento empresarial propiciando um apoio importantíssimo no meu processo de graduação.

Às minhas orientadoras da primeira e segunda etapa da construção deste documento, Maria do Socorro Martins e Luciana Gomes Marinho, respectivamente, pela dedicação, apoio, competência e excelência no fazer profissional.

À minha orientadora de campo, Leiliany Nogueira de Lima, o presidente e vice-presidente da Instituição Sociedade para o Bem-Estar da Família (SOBEF) Ailton Galvão Fonseca e Cristiane Martins Gomes da Silva, respectivamente, como bem, Cecília Katia Bertoldo, Érika Viana e Erismar Severo pelo apoio sincero em todo o processo dinâmico vivenciado no âmbito de estágio.

Aos membros da banca: Socorro Martins e Francisca Emmanuella Saraiva Martins.

A todos os meus familiares, destaco minha cunhada Juvenilda Ribeiro, que de alguma maneira contribuíram neste período da minha vida acadêmica.

Aos atores sociais (militantes entrevistados) que participaram desse processo de produção documental, doando um pouco do seu tempo, pois sem eles seria inviável o seu resultado.

Os sete pecados capitais responsáveis pelas injustiças sociais são: riqueza sem trabalho; prazeres sem escrúpulos; conhecimento sem sabedoria; comércio sem moral; política sem idealismo; religião sem sacrifício e ciência sem humanismo.

Mahatma Gandhi

## RESUMO

Com o objetivo de conhecer o papel dos novos movimentos sociais na atual conjuntura neoliberal, o presente trabalho de conclusão de curso em Serviço Social se desenvolveu por meio da abordagem qualitativa pela aplicação de entrevistas semiestruturadas com a participação de quatro sujeitos atuantes e militantes em seus movimentos sociais na cidade de Fortaleza. Nesse, por meio bibliográfico explorou-se, analiticamente, as categorias movimentos sociais, sociedade civil e direitos sociais. Desenvolvido em quatro capítulos, temos a introdução que vai condicionar um mapeamento histórico e a conceituação dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 até o momento atual; seguindo, exploraram-se classes e luta de classe em suas imbricações no contexto histórico, abordando questões referentes à conceituação e aspectos históricos sobre essas lutas contemporâneas no país; mais à frente, temos o processo de emergência dos novos movimentos sociais que abordará sobre sua contribuição e importância na construção da cidadania em que vai mostrar os passos dessas lutas para lograr conquistas em prol da constante construção da cidadania. Finalizando com o quarto capítulo, veremos a pesquisa realizada através de entrevistas com os representantes de movimentos sociais inseridos no cenário atual. Na qual permitiu a visualização de aspectos importantes apontando a presença de dois projetos políticos que se processam nessa dicotomia – de um lado os militantes conservadores com suas estratégias de manipulação e cooptação das forças ativas, visando à permanência/estabelecimento de um Estado mínimo e, de outro os movimentos sociais tendenciosos de um projeto democrático com vistas a emancipação popular, articulando suas forças com o intuito de promover cidadania em suas ações mobilizadoras.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Sociedade civil; Direitos sociais.

## ABSTRACT

With the objective of knowing the role of the new social movements in the current neoliberal conjunction, this work of completion of course in Social Work was developed through the qualitative approach by the application of semistructured interviews with the participation of four active and militant subjects in their social movements in the city from Fortaleza. In this, through analytical bibliographical, explored, as categories social movements, civil society and social rights. Developed in four chapters, from an introduction that will condition a historical mapping and a conceptualization of social movements from the 1970s and 1980s to the present moment; class classes and class struggles are explored in their historical context, approaching issues concerning the conceptualization and history of these contemporary struggles in the country; Later, send the process of emersion of the new movements to the company on its contribution and importance in the construction of citizenship in which will show the steps to the achievements in favor of the constant construction of citizenship. Finishing with the fourth chapter, we will see the research carried out through interviews with representatives of inserix movements in the present day. In which an overview of a presence of two political projects is allowed in this dichotomy – on the one hand the conservative militants with their strategies of manipulation and quotation of the active forces, aiming at a permanence / establishment of a minimal State and, on the other the biased social movements of a democratic project with a view to popular emancipation, articulating their forces seek to promote citizenship in their mobilizing actions.

**Keywords:** Social movements; Civil society; Social rights.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AI5</b>	Ato Institucional nº 5
<b>ANPEd</b>	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
<b>CEBs</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CEP</b>	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
<b>CNS</b>	Conferência Nacional de Saúde
<b>CONEP</b>	Comissão do Conselho Nacional de Saúde
<b>ESCUTA</b>	Espaço Cultural Frei Tito
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
<b>ME</b>	Movimento Estudantil
<b>MST</b>	Movimento Sem-Terra
<b>NMS</b>	Novos Movimentos Sociais
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>TCLE</b>	Termo de Esclarecimento e Consentimento Livre

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 CONCEITOS IMPORTANTES NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>26</b>
2.1 Conceito de classe .....	26
2.2 Conceito de luta de classe .....	33
2.3 Movimentos sociais no Brasil nas décadas 1970 e 1980.....	36
<b>3 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....</b>	<b>43</b>
3.1 Compreendendo o processo histórico .....	43
3.2 Desafios contemporâneos .....	49
<b>4 PESQUISA.....</b>	<b>54</b>
4.1 Desenvolvimento da Pesquisa.....	54
4.2 Análise dos resultados da Pesquisa .....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Trazer a temática dos movimentos sociais na contemporaneidade torna-se um desafio e, ao mesmo tempo, cria um espaço oportuno. Primeiro, por que no cenário atual frente aos direitos sociais, se percebe um ataque constante com forte tendência a uma recessão e segundo, pelo fato de fazer memória às lutas que fizeram história no passado, quando saíam às ruas denunciando as mazelas sociais, e, que por este meio conquistaram seu espaço na política e na sociedade.

Para tanto, movimentos sociais são organizações coletivas mobilizadas, representativamente, em prol dos interesses e dos valores da sociedade civil dentro da esfera pública, que desenvolvem ações sociais com o objetivo de manter ou mudar uma determinada situação. Portanto, são movimentos de classes de trabalhadores, de negros, indígenas, mulheres, LGBT<sup>1</sup>, dentre outros, que na contribuição de Axel Honneth (2003) “uma luta só pode ser caracterizada de social na medida em que seus objetivos se deixam realizar para além dos horizontes [...] das intenções individuais”.

Com isto, os movimentos sociais não se limitam apenas em ações de transformação ou mudança, existem grupos conservadores defendendo seu ponto de vista e se posicionando com o objetivo de manutenção do sistema. Como exemplo disto, historicamente falando, Vicentino (2001) exemplifica um acontecimento ocorrido no Brasil no início da década de 1964, pelo contexto da Guerra Fria e a explosão de ideologias – representantes da classe média realizaram a Marcha da Família pela Liberdade (na defensiva), pois temiam a perda de alguns privilégios, haja vista que protestavam contra as reformas de base por questão do contexto político e pela figura do presidente do Brasil na época, João Goulart (vista como comunista).

---

<sup>1</sup> LGBT (ou LGBTTTT) é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, que consistem em diferentes tipos de orientações sexuais.

Segundo o trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, coordenado e apresentado pela 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010, Gohn (2010), apropriando-se do resultado deste trabalho, apresenta uma relação entre movimentos sociais e educação como sendo um processo de construção a partir da inserção de novos atores que entravam em cena como sujeitos de novas ações coletivas que excediam os arredores das fábricas ou até os próprios locais de trabalho. Contudo, estes novos personagens não conformados com a situação de pobreza e de exploração da qual vivenciavam através dos possuidores do capital e dos meios de produção, se organizam para que seus direitos sejam respeitados e resguardados, como também executados, lutando contra os regimes militares.

Na entrada dos anos de 1990 estes movimentos perdem fôlego, entrando em um processo de crise, citado por alguns críticos da época, por terem perdido seu maior alvo: o regime militar. Mudado o quadro sociopolítico, o que muda também são as formas de organizações populares, institucionalizando as formas de organizações como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular, acentuam-se também os que se articulam por meio das redes sociais, de caráter local, regional e nacional, como também internacional (GOHN, 2010).

Em seus encontros nacionais periódicos elaboram projetos de intervenção visando solucionar problemas vigentes, demandando iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, fomentando um processo de participação da população na gestão pública estimulado por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a Política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc. (GOHN, 2010).

A partir desta conjuntura, segundo Gohn (2010), emergiram novas experiências de lutas dos mais variados seguimentos de organização no âmbito privado e público pelos atores sociais visando equidade nos espaços de atuação

profissional, como também de moradia, de saúde, de vida (dos indígenas), dos funcionários públicos e dos ecologistas.

Na primeira década do novo milênio, se vê o surgimento dos movimentos de mulheres e LGBT ligados diretamente ao processo de luta por direito e construção de identidade. O surgimento e o crescimento do terceiro setor junto às ONGs<sup>2</sup> tomam grande proporção no Brasil, onde se percebe o enfraquecimento dos movimentos de rua quando os movimentos sociais se atrelam a estes, participando de projetos menos reivindicatórios e crítico, resultando na inserção de novos conceitos criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social, dentre outros, com ações indiretas, focalizando populações tidas como vulneráveis (GOHN, 2010).

Consideramos retrocesso e involução como características deste processo, das quais se acentua uma maneira diferente de atuar dos movimentos sociais de antes que, por vez, sua militância tendia ao princípio da coletividade, ao reconhecimento de classe e de unidade em torno de um objetivo unificado permitindo-lhes um engajamento maior de cunho político, social e econômico. O que nos leva à percepção do aparecimento de novos tipos de movimentos com novas identidades e demandas sociais que se distribuem numa pluralidade de classes e de forças, por meio de objetivos fatalísticos, focalizados e imediatistas com uma perspectiva da não totalidade.

O desenho refeito retrata um redimensionamento das lutas de rua que antes caracterizavam unificação (todos em torno de uma demanda social que contemplava a população numa perspectiva da totalidade) para um nível localizado e focalizado, imediatista e centralizado com o surgimento de inúmeras organizações que se fecham elaborando metas e valores próprios conforme sua ideologia orienta (GOHN, 2010).

---

<sup>2</sup> Organizações Não Governamentais: A expressão “Organização Não Governamental” foi empregada pela primeira vez no ano de 1950, pela ONU (Organização das Nações Unidas), para fazer referência às organizações civis que não tinham nenhum vínculo com o governo

Pontuar esta temática para a sociedade nos dias atuais, numa dinâmica geral, tem uma valiosa importância. Primeiro, por que o regime sociopolítico continua o mesmo daquela época, disfarçado pela chamada democracia, que se embasa na liberdade e conquista de direitos que não nos chega pela via da justiça social; segundo, por que os direitos sociais adquiridos historicamente pelas lutas dos segmentos sociais tendem a ser suprimidos em nome de uma harmonia econômica globalizada, onde a maior parte da riqueza adquirida pertence ao capital estrangeiro; terceiro e último, por que a ideologia de mercado pregado hoje é de consumir bens materiais com forte tendência ao egoísmo (princípio do neoliberalismo), que se desvincula de um projeto societário mais abrangente para a sociedade.

Portanto, torna-se necessário apresentar esta temática, levando ao conhecimento de toda sociedade, com vistas a trabalhar e projetar uma sociedade mais igual, por meio da distribuição da riqueza gerada no país, promovendo cidadania na conquista de direitos sociais viabilizado pela participação social nas frentes de decisões direcionado pela aplicabilidade das políticas sociais.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral conhecer o papel social dos novos movimentos sociais na atual conjuntura neoliberal<sup>3</sup>, analisando a missão e os valores estabelecidos que orientam suas ações. E, para atender a esse objetivo, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: pesquisar os ideais característicos dos movimentos sociais das décadas 1970 e 1980; identificar os principais movimentos e organizações clássicos e contemporâneos, que contribuíram e contribuem para a transformação social e, estabelecer um uma análise crítica, analítica e reflexiva sobre os movimentos sociais.

Visando elucidar os teóricos/autores que já trabalharam sobre a temática movimentos sociais, o desenvolvimento desta pesquisa terá como exploração a

---

<sup>3</sup> Conjuntura Neoliberal: Problematização da política econômica realizando um estudo da contradição de uma combinação de acontecimentos. Neoliberalismo: doutrina proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade do XX, voltada para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista, que deveria controlar parcialmente o funcionamento do mercado.

partir das seguintes categorias analíticas: Sociedade Civil, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

No entanto, sobre a sociedade civil, de início pegaremos como conceito o pensamento Hegeliano, quando Silva (2013, p. 55), diz que ela está relacionada “as ações que derivam de um interesse particular que dão origem à sociedade civil”, emergindo nesse processo uma característica recíproca entre os homens que permite uma aproximação das partes, conduzidos pelo processo de interação e de comunicação. Consoante a isso, Silva (2013, p. 55), relata que “Hegel denomina a sociedade civil, também, de “sistema das necessidades”. Ou seja, a sociedade civil,

[...] surge da dinâmica imposta pela satisfação das necessidades particulares. A ação que conduz das necessidades à sua satisfação gera um fluxo de nexos recíprocos entre os homens e cria um nível específico de interação e comunicação: a sociedade civil (SILVA, 2013, p. 55).

Silva (2013) corrobora com o pensamento de Hegel, citando que para se constituir a sociedade civil parte da premissa da necessidade de “coisas” e da busca de saciá-las e, que para tanto, estes compostos vão permitir que todos os indivíduos se reconheçam no outro pelos mesmos princípios humanos da necessidade, envolvendo então a interação e os meios de comunicação que se processam nesta relação.

Frente a isto, a presença da sociedade civil atuando nos espaços políticos e de decisões nos encaminhamentos sociais, foi um processo que necessitou da consciência política dos atores sociais pelo presente quadro de desigualdade social e econômica que vem se desenvolvendo até os dias atuais.

Combinando ao pensamento de Dagnino (2004), ousamos dizer que com a entrada do sistema capitalista em nossas sociedades pelo qual o Estado seu forte aliado vem contribuindo para sua expansão e valorização em detrimento à

população, no Brasil, contribuiu para que a sociedade civil se apresentasse com forte pressão ao sistema desde o contexto da ditadura militar.

Nessa vigência, pela dicotomia dos projetos políticos da época, se processa de um lado o sistema neoliberal apoiando princípios conservadores com base em legitimar governos centrais, e do outro, a sociedade civil que por meio da participação nos espaços de decisão do direcionamento social, visa construir um novo modelo de sociedade pautada na democracia (DAGNINO, 2004).

Nesse sentido, Dagnino (2004) aponta a existência de uma ferrenha clivagem antagônica entre a sociedade civil e o Estado. Pontuando que o primeiro visava a participação democrática buscando validar sua presença política nos espaços de tomadas de decisões e, o segundo, por vez, revela uma resistência em compartilhar o seu poder nas discussões das políticas públicas. Sendo que para Bobbio (1982), essa sociedade civil:

[...] é o verdadeiro centro, o teatro de toda história [...]. A sociedade civil compreende todo o conjunto das relações materiais entre os indivíduos, no interior de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. Ela compreende todo o conjunto da vida comercial e industrial de um grau de desenvolvimento e, portanto, transcende o Estado e a nação [...]" (p. 31).

Com isso, por um lado, grande foi o avanço que possibilitou ao Estado “compartilhar” seu poder com a sociedade civil. Porém, por outro lado, datada da década 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello (1990-1992), caracterizado pela emergência de um Estado mínimo, com o programa de governo Comunidade Solidária procurou isentar progressivamente o Estado de seu papel de garantidor de direitos levando a cargo da sociedade civil a responsabilidade social (DAGNINO, 2004).

Acerca dos Movimentos Sociais, sendo a segunda categoria analítica deste estudo, tendo em vista a grande quantidade de estudiosos que abordam este tema, sua vasta literatura não se traduz a um único entendimento. Para tanto,

como ponto de partida adotaremos a formulação dada por Safira Ammann (1991, p. 22), expressando que “Movimento Social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”, que traz como uma das características a “unidade na diversidade” e, que por vez, se processa no meio das conjunturas vigentes embasando um antagonismo às forças hegemônicas e seus ideais.

No mesmo direcionamento de entendimento, sobre os movimentos sociais, Gohn (1997 *apud* MELUCCI, 1986) assim afirma:

[...] movimentos não são personagens de um roteiro previamente escrito, mas se constituem como rede de produção de sentidos, de constituição de um modo compartilhado de significações onde a ação e as opiniões sejam possíveis emergindo enquanto mobilização coletivas, a partir de articulações multissetoriais, apenas em momento de amadurecimento de determinadas contradições em meio às quais operam (p. 323).

Ou seja, ao concordar com a opinião de Melucci e Gohn (1997) defende a ideia de que os movimentos sociais perpassam o pensamento de indivíduo centrado em suas próprias necessidades rompendo com os princípios da reprodução de relações mecânicas, com tendência a valorização da solidariedade de significações e de pertença mesmo que distribuídos em suas territorialidades.

O contexto dos movimentos sociais e sua literatura, conforme Montañó e Duriguetto (2010), se desenvolve inicialmente no século XIX, quando os movimentos sindicais e trabalhistas e os de libertação nacional, socialista e/ou anti-imperialistas lutam contra a ordem vigente, enfrentando o capital com o objetivo de fazer diminuir a exploração, sobretudo, na relação capital/trabalho.

No entanto, foram movimentos que entraram no cenário social visando contribuir, a partir de sua atuação, por meio dos mecanismos opostos ao sistema burguês, propondo que os direitos trabalhistas se fizessem presentes na vida dos cidadãos em sociedade.

Em meados do século XVII, com o advento da Revolução Industrial na Europa [...]. Os trabalhadores passaram a ser concentrados em um mesmo espaço produtivo [...]. Assiste, aqui, à generalização do trabalho assalariado, novas e diversas formas de exploração e superexploração do trabalho e a concentração ao lucro nas mãos dos proprietários dos meios de produção (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 227).

Essa referência se acentua ao processo de lutas de classes que se instala dentro e nos arredores das fábricas entre os detentores dos meios de produção e dos possuidores da força de trabalho. Ademais, Montaño e Duriguetto (2010) ressalta que o antagonismo permite particularizar os momentos diversos no processo de contradição de interesses, apresentando de um lado as forças produtivas que buscam expandir o capital e de outro a organização dos trabalhadores (em sindicatos, partidos) visando conquistas econômicas.

Desse modo, a sociedade civil passa por um processo de redefinição e de designação, que na explicação de Dagnino (2004), essa redefinição parte de um contexto de crescimento das Organizações Não Governamentais e seu novo papel social, como também a criminalização dos movimentos sociais. E, a segunda se refere a crescente identificação dos movimentos sociais e as ONGs, na chamada "onguização" dos movimentos sociais ou mero sinônimo de "terceiro setor".

A mudança de modelos econômicos, que logo se substitui por outro, configura um fortalecimento das forças burguesas que tem como consequência a consolidação de um mercado econômico, nacional e internacional, cada vez mais preocupado em manter a ordem, com avanços econômicos e, assim, reduzindo gastos sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Sendo, pois, uma realidade de maximização do lucro para a burguesia em detrimento aos trabalhadores. Estes últimos, movidos pelo processo histórico de transformação social, sabedores de seu papel de indivíduo e conhecedores de seus direitos e, não conformados com a realidade de exploração conduzem mobilizações de enfrentamento ao sistema hegemônico.

Referindo-se aos movimentos clássicos (operários), Montaño e Duriguetto (2010), afirmam conduzirem suas lutas em ganhos na relação capital/trabalho (meramente econômicos), ressalta sua distinção aos novos movimentos sociais (NMS), dizendo que estes, conseguiram ultrapassar as barreiras desta relação, criando uma consciência mais abrangente, fugindo aos limites da relação salarial ou até mesmo de classe, configurando uma postura antiEstado e antipartidos políticos.

Ou seja, passado décadas, os NMS emergindo nos espaços políticos, têm como orientação de luta novas formas de contestações, levantando questionamentos apoiados por diferentes temas cada vez mais abrangentes, tais como gênero, sexualidade, cultura, etnia, religião etc. Nesse sentido, os “antigos” movimentos sociais lutavam por preceitos econômicos como organização de trabalhadores visando melhores condições de trabalho (salários, carga horária), já os NMS trazem consigo a característica política com base nas minorias, porém, muito desvinculada da realidade geral e sua totalidade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Nesse processo de democratização, a sociedade civil no contexto de participação, apresentou amplitudes maiores de desenvolvimento permitindo a conquista de direitos (novos e antigos).

A então chamada nova cidadania, ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política. Incorporando características de sociedades contemporâneas, tais como o papel das subjetividades, o surgimento de sujeitos sociais de um novo tipo e de direitos também de novo tipo, bem como a ampliação do espaço da política, esse projeto reconhece e enfatiza o caráter intrínseco da transformação cultural com respeito à construção da democracia (DAGNINO, 2004, p. 103).

No entanto, trazendo a terceira categoria de análise, direitos sociais são àqueles que se voltam à promoção do bem-estar social da coletividade, como enfatiza Almeida (2008), que estes devem ser diversos e, nesta diversidade a conquista de um direito possibilite a emersão de outro, expandindo cada vez mais o setor intocável da Constituição.

O fator histórico que está ligado diretamente ao tema dos direitos sociais (quando das lutas antagônicas), passa por um contexto de discussão mundial, chegando a uma orientação por meio da Resolução da III Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, ocorrida em 10 de dezembro de 1948 (ALMEIDA, 2008). Nesse caminho, Silva (2009), conclui que os direitos sociais:

[...] são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade (p. 199).

O progresso histórico acerca dos direitos sociais, sendo um árduo caminho percorrido permitiu um salto de qualidade que possibilitou uma grade de evolução, no qual, ao patamar a que se chegou não cabe mais retroceder historicamente.

As constituições do pós-guerra abandonaram o método clássico de se limitarem à declaração dos direitos individuais, mediante a proposição de limites impostos ao poder do Estado. Cuidaram não apenas de obter o exercício do poder para a garantia da liberdade, mas de transmitir aos indivíduos os novos direitos decorrentes do progresso: direito a invenção do trabalho, a um padrão razoável de vida, à segurança contra os azares e infortúnios, à saúde, à higiene e à educação Almeida (2001, p. 435).

Contudo, de forma a atingir maior aproximação possível no processo de conhecimento da problemática a ser estudada, o estudo terá como desenvolvimento a abordagem por meio da pesquisa qualitativa, pois, no

pensamento de Minayo (2010, p. 21), "ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes", ou seja, é algo que não se pode ser quantificado por se tratar de questões muito particulares (subjetivas), das quais o ser humano não apenas age sobre a realidade vivida, mas é capaz de pensar e interpretar suas ações mediante a dividi-la com o semelhante. Nesta perspectiva, Gramsci (1994), traz a concepção de homem como ser histórico concreto na realidade agindo sobre si e se relacionando sobre o seu meio capaz de criar sua própria vida e o processo dos seus atos.

Numa pesquisa qualitativa as respostas não são objetivas, e o propósito não é contabilizar quantidades como resultado, mas sim conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo. Nesse sentido, valerá muito mais o que o indivíduo pensa sobre o cotidiano, sobre as realidades que o rodeiam e como ele pode agir frente aos desafios propostos pela conjuntura vigente.

O estudo visa abordar o conhecimento a respeito dos movimentos sociais, seus desafios e perspectivas, numa realidade marcada pelo movimento conservador de recessão dos direitos civis e trabalhistas, com vistas a uma forte intensificação de política estatal minimizada e reducionista. Em um cenário desolador para os trabalhadores no qual se denota com vigor um ataque constante às conquistas alcançadas pelo processo de democratização da legislação trabalhista.

Para tanto, o processo desta literatura, contará com dois tipos de pesquisas. a) a bibliográfica, da qual se realizará pelo uso de dados ou de categorias já trabalhadas e registradas por outros pesquisadores, sendo ela uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as outras etapas da pesquisa na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Como se refere Gil (2008, p. 91) "O primeiro procedimento adotado numa pesquisa bibliográfica, como em qualquer outro tipo de pesquisa, consiste na formulação do problema que se deseja investigar". Portanto, requer o

levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas a pesquisa e, corroborando com este aspecto.

Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimento prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

E, b) a pesquisa de campo, realizada pela coleta dos dados feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, observados sem intervenção e manuseio do pesquisador (SEVERINO, 2007). Contudo, a pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

Conforme Dagnino (2002), os movimentos sociais contemporâneos encontram-se em um cenário de mundialização e globalização, tornando-se um dos principais pontos de identificação da vida individual. Exercem influência cada vez maior sobre as condutas individuais contribuindo desta forma para edificar uma ordem social. Desta forma as organizações usam da imagem e de seu referencial simbólico para criar discursos, no qual, os atores sociais integrantes do contexto organizacional, possam se identificar e sintam-se parte deste cenário.

A descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado (DUARTE, 2002, p. 141).

Ou seja, quanto aos sujeitos participantes da pesquisa, a proposta inicial é elaborar um cadastro com dados biográficos dos sujeitos (alguém do meio) por meio de consultas aos movimentos sociais que estão no contexto da militância que a partir do próprio ponto de vista possam fornecer informações sobre o processo de luta na qual está inserido. Sendo, pois, os dados desta pesquisa serão “obtidos por meio de cadastros de instituições ou entidades de classe e da realização de entrevistas semiestruturadas com representantes dessas instituições” (DUARTE, 2002, p. 142).

Com isto, a pesquisa se desenvolverá por optar pelo sistema de rede, “no qual se busca um ego focal que disponha de informações a respeito do segmento social em estudo e que possa “mapear” o campo da investigação, “decodificar” suas regras [...]”. (DUARTE, 2002, p. 142).

Quanto às técnicas e instrumentos de coleta de dados, terão como processo a entrevista semiestruturada, auxiliado pelo gravador de voz, mediante roteiro de entrevista, pois, no que se refere a Severino:

O entrevistador mantém-se em escuta atenta registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimento suas representações (SEVERINO, 2007, p. 125).

Outra técnica utilizada, apoiada pelos instrumentos de diário de campo e um roteiro de observação, será o da observação não participativa pela qual o pesquisador fica exterior aos processos enquanto que se realizam no momento da observação. E, com base no pensamento de Severino, diz que ele (diário de campo) "é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados" (SEVERINO, 2007, p. 125).

Nesse sentido, a concentração e o cuidado atencioso a cada fala que é proferida pelo pesquisado devem ser minuciosos, para que não se percam relatos

importantes, gestos intrigantes, a maneira expressiva e a entonação das palavras. O pesquisador como o maior interessado na entrevista deve, portanto, preparar de antemão alguns questionamentos de base para que o processo transcorra como esperado.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p. 128).

“A observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa” (Gil, 2008, p. 119), pois por ela o pesquisador fará uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano, por servir a um objetivo formulado de pesquisa.

Elemento importante na condução da metodologia, e que, sem sua presença todo o processo seria anulado, refere-se aos aspectos éticos da pesquisa. Para tanto, "algumas áreas de conhecimento instituem que o projeto antes de ser realizado deva ser submetido a um comitê de ética em pesquisa" (MINAYO, 2010, p. 56).

Antes de darmos início as entrevistas, apresentaremos o Termo de Esclarecimento e Consentimento Livre (TCLE), informando aos sujeitos o objetivo da pesquisa, sendo este, com fins acadêmicos, em que as informações e identidades dos mesmos serão sigilosas, sendo estes optarem por desistir a qualquer instante de participarem do estudo.

Sendo assim, o presente projeto de pesquisa, visa atender à Resolução CNS 466/12, que considera o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres

humanos. Considera também, que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; dentre outras determinações.

Compreendemos também que o pesquisador deve esclarecer aos sujeitos da pesquisa como se desenvolverá e, que aspectos importantes ela apresentará para a coletividade, pontuando seus objetivos e definições. E que, momento algum a forma de participação remunera o pesquisado com nenhum tipo de agrado em espécie, haja vista que o ganho é para a sociedade. Para tanto, a responsabilidade do pesquisador não pode ser repassada a terceiros em hipótese alguma, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco; II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido; III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção (RESOLUÇÃO 510, CNS 466/12, Art. 28).

Nos próximos expoentes de análises nos deteremos aos conceitos importantes que estão ligados diretamente ao contexto dos movimentos sociais, desenvolvendo neste segundo capítulo uma reflexão sobre os conteúdos de: “classe social”, “luta de classes”, buscando reconstituir o breve histórico dos movimentos sociais “clássicos” (operários), seguindo, no terceiro capítulo, a análise dos novos movimentos sociais pontuando os desafios contemporâneos e, por fim, quarto capítulo, a apresentação do resultado da pesquisa desenvolvida com representantes de alguns movimentos sociais no cenário contemporâneo.

## **2 CONCEITOS IMPORTANTES NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Estudos e pesquisas desenvolvidas acerca desta temática revelam grande importância no processo histórico que se desenvolvem nas relações sociais existentes em vários contextos. Com isto, nesse capítulo, será expresso que os movimentos sociais são de extrema importância, porque cobram mudanças, reivindicam transformações, mostram quando a povo não está satisfeito com as medidas adotadas por governantes, dirigentes e gestores, além de cobrar medidas, quando necessário, contudo, revelará que estes mesmos movimentos sociais perderam força com o passar do tempo, configurados pelo processo histórico de transformações conjunturais condicionadas aos processos políticos, econômicos e culturais.

A proposta é apresentar, após uma pesquisa bibliográfica, uma breve conceituação sobre os elementos constitutivos dos movimentos sociais, elencando teóricos clássicos e contemporâneos que desenvolveram, cientificamente, pesquisas nesta área. No entanto, “classe social”, “luta de classes” e o processo histórico dos movimentos sociais clássicos (operários) e os novos movimentos sociais serão objetos de estudo neste capítulo.

### **2.1 Conceito de classe**

“Concebemos uma “classe” como um grupo de indivíduos. [...] como uma força ou mecanismo que opera para produzir determinadas atitudes sociais” (MARSHALL, 1967, p. 136).

Contudo, o que Marshall vem expressar é que “classe” se trata de um grupo de indivíduos que unidos entre si, percebem adquirir uma força diferente daquela quando se está isolado ou distanciado, mesmo em suas diferentes perspectivas e anseios, consoante Marshall (1967), os “membros da mesma classe são — ou pensam que são — idênticos” pelo processo de pertença e de militância para o alcance do objetivo a ser atingido.

De acordo com Lênin (1977), chamam-se classes grandes grupos de homens que se diferenciam pelo seu lugar no sistema historicamente determinado de produção social, pela sua relação (na maioria dos casos confirmada e precisada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelos meios de obtenção e pelo volume da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de homens em que uns podem apropriar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam num sistema da economia social.

Nossa contemporaneidade traz em seu processo constitutivo de “classe”, na perspectiva do Modo de Produção Capitalista (MPC), àquela que se processa por meio do poder aquisitivo e da capacidade de consumo conhecida como “classe” alta, média e baixa, e, como bem “classe” dominante, subalterna, política, dentre outras (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Ou seja, trata-se de um tipo particular de grupo cuja natureza é indicada pela expressão "estratificação social". A percepção, a priori, conduz-nos a perder de vista o conteúdo real e específico dessa categoria, quando buscamos reduzir o conceito a um determinante que se vincula unicamente ao poder econômico.

No entanto, a estratificação social<sup>4</sup> por ser um conjunto de desigualdades que atingem diferentes sujeitos de uma sociedade, separa-os de alguma forma dos demais, que por vez é conduzida pela desigualdade social em relação a riqueza econômica, ao poder político ou religioso (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Analisando a estratificação social, consideramos ser um processo estagnado, mas que carrega em si padrões de organização diferentes a depender do período histórico e das convenções sociais, ou seja, sempre esteve presente na vida contemporânea de cada processo histórico, contudo, vivenciado conforme as relações sociais que se apresentam para cada época. Nisso, a análise de

---

<sup>4</sup> Estratificação social: no campo da sociologia é um conceito que envolve a classificação das pessoas em grupos com base em condições socioeconômicas comuns; um conjunto relacional das desigualdades com as dimensões econômicas, social, política e ideológica.

Montaño e Duriguetto (2010) se distribui em três sistemas diferentes: castas, estamentos e classes.

Como está relacionado, Montaño e Duriguetto (2010) analisam que o sistema de castas está associado principalmente às culturas indianas que partilham da crença hindu referente à reencarnação. Sistema esse que parte da crença em que os indivíduos estão separados em diferentes níveis hierárquicos determinados desde o nascimento. Cada casta possui um papel fixo a ser cumprido; no sistema de estamentos da era feudal europeia permitiu que cada estamento possuísse obrigações específicas pelo contexto de leis com obrigações e deveres; já o sistema de classes possui uma maior complexidade, diferentemente de outros tipos de estratificação, as classes não são estabelecidas por intermédio de posição religiosa ou por posição herdada, nesse sistema os indivíduos possuem certa mobilidade na organização social, podendo ascender ou não na estrutura hierárquica.

Sendo, pois, desenvolveremos duas abordagens distintas sobre o conceito de “classe”, elencando classe social em Max Weber e classe social em Carl Max. Para Weber, conforme Montaño e Duriguetto (2010, p. 84):

O conceito de classe remete, portanto à situação dos indivíduos no mercado, possuir bens determina o tipo de acesso diferenciado ao consumo no mercado. As classes sociais para o autor constituem o conjunto de indivíduos que partilham determinada posição no mercado.

Este pensamento, a nosso ver, busca reduzir de forma generalizada o conceito mais acurado de “classe”, quando limita os indivíduos numa perspectiva restrita, única e exclusiva quanto o seu poder de acumulação nas relações de mercado. Ou seja, Weber coloca o indivíduo como o elemento fundamental para explicar sua teoria sobre a realidade social na perspectiva econômica, política ou cultural.

Nessa dinâmica, o sujeito tem um papel de protagonista determinado por Weber como um ponto de partida para a análise da sociedade, no qual a base de sua fundamentação tem como desenvolvimento a particularidade individual que determina toda ação social. Na obra “Economia e Sociedade” se apresenta a definição de que a sociologia significa uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la em seu curso e seus efeitos (WEBER, 1994), em miúdos, toda classe pode possuir uma ação de classe que é a ação social de seus membros.

Todavia, Weber exemplifica as ações sociais da classe trabalhadora e dos empresários, quando diz que o mercado de trabalho, o mercado de bens e a empresa capitalista são as que determinam diretamente suas situações, sendo estes os constitutivos que vão orientar suas ações no âmbito social gerando o antagonismo de classe (WEBER, 1994)

Contudo, a formulação das ideias revolucionárias de Weber estava na direção dos acontecimentos de seu tempo, quando busca explicar dialeticamente o conhecimento de dadas condições quando defende a teoria sociológica compreensiva trazendo para o sujeito o papel de protagonista ao contrário do fato social, apresentado por Emile Durkheim.

Distintamente da teoria de Weber a perspectiva marxista sobre o conceito de “classe” se apresenta de forma ampla, diversa e inacabada. Cabendo em Marx identificar em suas vastas obras o longo caminho percorrido para se chegar a análise da economia capitalista.

Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em quase que em cada uma destas classes, novas divisões hierárquicas (MARX; ENGELS, 2007, p. 7).

Revelando que em todo processo histórico sempre existiu desigualdades sociais, verificado por meio da estratificação da sociedade vinculado pelos poderes econômico, social e político, contextualizando lutas de classes, “entretanto, a nossa época — a época da burguesia — caracteriza-se por ter simplificados os antagonismos de classe” (MARX; ENGELS, 2007).

Já em “O Capital”, Marx determina, a partir dos fundamentos do MPC, três classes que fundamentam o processo capitalista:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas fontes de renda, respectivo são salários, lucros e renda da terra, isto é, colaboradores, capitalistas e latifundiários, formam as três grandes classes sociedade moderna, que é baseado no modo de produção capitalista (p. 1123).

No entanto, são classes distintas que operam diretrizes opostas na dinâmica social, pelo processo antagônico e, que diferenciados por sua posição geográfica (lugar que ocupam) determinam e desempenham papel na organização social do trabalho como bem pelo modo e proporção que recebem a parte da riqueza. Ou seja, (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, *apud* LÊNIN, 1966: “uma gran iniciativa”) afirmam que os elementos, como o quantitativo da renda, a facilidade para o consumo e o acesso ao mercado, são os que determinam as classes no processo do MPC. Revelando que a ideologia empregada tem buscado alcançar [e parece conseguir], prioritariamente, o objetivo capitalista.

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que corresponde a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 1977, p. 27).

Por ser historicamente compreendido, as relações entre os indivíduos se estabelecem exclusivamente em classes distintas – as que detém o capital e os

meios de produção que necessitam e os desprovidos dos meios materiais tendo que vender sua força de trabalho para sua manutenção e multiplicação (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Aqui se desvelam grupos concretos de atuação pela concorrência e diferenciação no mercado que se processam nas reais e distintas condições de vida, expressando a pluralidade, diversidade e heterogeneidade das classes. Para tanto,

[...] no Modo de Produção Antigo as classes fundamentais foram conformadas por patrícios e escravos, e no Modo de produção Feudal eram senhores feudais e servos, no Modo de produção Capitalista as principais classes sociais se constituem por burgueses e proletários (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 85).

Nesse sentido, apoiadas no pensamento de Marx, as autoras vêm traduzir que a categoria classe social em todo processo histórico se apresenta culturalmente uniforme às condições postas pelo contexto contemporâneo. Não é algo pronto ou determinado, consiste único e prioritariamente em um processo de transformação movido socialmente pelo avanço real das relações sócio históricas em um determinado modo de produção.

Sobre a classe burguesa, detemos historicamente, segundo Carvalho (2010) que seu aparecimento se processa no sistema feudal, constituída pelos pequenos comerciantes que contribuía para o domínio político e econômico vigente, porém, uma classe que ganhou notoriedade com o fim do sistema supracitado, por ser ela mesma o produto de um longo desenvolvimento de uma série de revoluções no modo de produção e troca. “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, [...], as relações de produção e, [...], todas as relações sociais” (Marx, Engels, 2007, p. 12). Por ser compreendida como a classe detentora dos meios de produção, hoje comportam essa classe:

[...] os proprietários de terras (capital fundiário, cuja remuneração é a renda fundiária), dos meios de produção (capital industrial, cuja renda é o lucro, enraizado na apropriação da mais-valia), dos meios de consumo (capital comercial, com a renda do lucro comercial, sustentado na diferença de preço de compra e venda das mercadorias) e das instituições de intermediação financeira (capital financeiro, cuja renda é composta pelos juros) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 92).

Contudo, no outro plano, os proletariados, operários e trabalhadores constringidos a vender-se diariamente são mercadoria e artigo de comércio como qualquer outro, por consequência disto estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado em troca do salário. Por se encontrarem nestas circunstâncias, são “meros proprietários de força de trabalho, despossuídos dos meios fundamentais de produção e consumo” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 94). A classe trabalhadora compreende uma vasta gama de atuação que podem ser encontrados em setores administrativos, na produção, atendimentos diversos, autônomos, dentre outros.

No entanto, vale ressaltar que existem outros tipos de classes sociais neste processo de relações capitalistas: a classe trabalhadora desempregada – àquela que mesmo sem emprego não descaracteriza sua postura de trabalhador, ou seja “não vender a força de trabalho converte o trabalhador em desempregado” seja por circunstâncias das demissões voluntárias ou involuntárias, como bem pelo avanço tecnológico; o lumpem proletariado – **arruinados, com duvidosos meios de vida e de duvidosa procedência, junto a descendentes degenerados e aventureiros da burguesia, vagabundos, licenciados de tropa, ex-presidiários, fugitivos da prisão, saltimbancos, delinquentes, batedores de carteira e pequenos ladrões, jogadores, donos de bordéis, carregadores, mendigos. Por tanto, uma massa “desclassada”, sem perspectivas políticas, e, por fim, a classe média – conformada por** pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses que combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classe, no entanto **não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras,** mais ainda, **reacionárias, pois**

**pretendem fazer girar para trás a roda da história** (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Marx (1977), analisando o processo de relações entre os indivíduos da sociedade, concebe-as como relações econômicas, relações de capital, onde se estrutura sua base material na qual desvela o modelamento do indivíduo nas relações de produção produzindo as desigualdades sociais, gerando nesse esboço classes sociais que se processam pela oposição entre dominantes e dominados por meio do conflito constante, processo este que permite a inserção da luta de classe.

No entanto, pelo processo de alienação a burguesia no intuito de explorar o proletariado busca utilizar e formar constantemente os instrumentos de controle em relação ao produto do trabalho, no processo de produção, em relação à existência do indivíduo enquanto membro do gênero humano e em relação aos outros indivíduos.

## **2.2 Conceito de luta de classe**

Lênin nos remete a Marx para reforçar que “a luta de classes é o motor dos acontecimentos”. Na mesma direção deste pensamento, Engels explicita que “todas as lutas históricas, quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou noutro terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais” (ENGELS,1982). A luta de classes é, portanto, um fenômeno regido por leis sociais historicamente determinadas.

Contudo, compreendemos que, enquanto a posição econômica dos homens for de forma a permitir que uma minoria se aproprie gratuitamente de grande parte do que é produzido pela maioria trabalhadora, é inevitável a divisão da sociedade em classes, e os homens pertencerão às classes de exploradores

ou de explorados, típicas da sociedade em questão, sempre existirá a luta de classe.

Endossando o contexto histórico da luta de classes, nos apropriamos do que narram Marx e Engels em “O Manifesto”, quando dizem que “a história de todas sociedades até hoje é a história das lutas de classes” (1998, p. 4). Ou seja, se houve um processo de antagonismo em diferentes realidades, historicamente falando, e neste processo a presença de detentores dos meios de produção e em contrapartida àqueles que dependiam diretamente destes meios para sua manutenção e não os tinham seguido da exploração dos primeiros em detrimento aos segundos, a certeza é que de fato houveram em distintas realidades a luta de classes.

Deteremos, no entanto, aos aspectos categóricos da perspectiva marxista para buscar clarificar o entendimento de lutas de classes, quanto ao objeto de estudo dentro do modo de produção capitalista analisado por Karl Marx.

Segundo Ferreira (2012), Marx, com base em seu materialismo histórico, chega a concluir que o mundo é movido por relações econômicas (de capital) que ele chama de infraestrutura, sendo, pois, que se processam na política, na religião, nos comportamentos, nas instituições, na justiça considerada como superestruturas. Ou seja, na compreensão de Marx o que molda os indivíduos, a história e o pensamento humano são as relações de produção, no entanto as superestruturas sofrem influências das relações de produções, relações econômicas.

[...] a passagem histórica de um modo de produção para outro acontecia por meio de rupturas bruscas, processos revolucionários que constituíam meios de resolução de contradições longamente acumuladas no interior das relações de produção entre classes antagônicas. [...] a História é a resultante do desenvolvimento e da derrocada de modos de produção distintos, que seria movida pela ação da luta de classe. (FERREIRA, 2012, p. 57).

Analisamos que há de forma evidente uma relação de exploração existente entre os proprietários e não proprietários dos meios de produção (burguesia e o proletariado) considerados revolucionários e antagônicos pela justificativa de que enquanto uma classe que se encontra no controle desse processo visa exaurir as forças da outra com base na obtenção do lucro pela via da exploração, a outra lutará para destituir seu regime.

Nesse sentido as relações entre as duas classes supracitadas se desenvolverão por meio da exploração, de antagonismo, de complementaridade (uma não vive sem a outra) e de oposição. Manifestando-se com toda potência a contradição entre forças produtivas sociais e a relação de produção fundada no antagonismo de classes.

As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a Pré-História da sociedade humana (MARX, 1983, p. 25).

Pela exploração do trabalho, no modo de produção capitalista, obtêm-se da mais-valia, onde há a fundamentação do MPC, que é a apropriação do valor excedente pelo capitalista. Consoante Netto (2012, p. 115), “na medida em que o lucro é a força motriz da produção capitalista, compreende-se que o que interessa ao capitalismo é a produção da mais-valia”, ou seja, o sistema capitalista como modo de produção vigente, busca incessantemente manter-se vivo, produzir mercadorias e conseguir mais dinheiro. Para isso explora, aliena e condiciona a classe subalterna aos seus caprichos.

Doravante, conforme corrobora Lane (2004, p. 32) ao pensamento de Skinner “os homens agem sobre o mundo e o transformam, e são, por sua vez, transformados pelas consequências de suas ações”.

Estas palavras chamam, a nosso ver, a atenção para a grande importância de se aprofundar o estudo da teoria da luta de classes, a fim de que possamos desenvolver a crítica da realidade social conforme a visão de mundo da classe operária. E exprimem o enorme passo à frente representado pela fundamentação e elaboração da teoria marxista da luta de classes na história do pensamento humano, na procura de respostas capazes de desvendar, do ponto de vista dos explorados na sociedade capitalista, como se desenvolvem as relações entre as classes sociais, apontando para a necessidade do enfrentamento às condições impostas pelos interesses do capital.

Sendo, pois, a realidade da oposição irreconciliável entre a classe de proprietários e a classe não proprietária é um fato comprovado que permite tirar a conclusão de que a luta entre as classes é algo historicamente determinado – iniciou-se num período histórico específico quando surgiu a primeira sociedade dividida em classes – e se encerrará quando a propriedade privada dos meios de produção desaparecer, como consequência da derrota da classe capitalista. Sendo assim, é possível depreender a inevitabilidade da luta de classes como fenômeno historicamente determinado por leis sociais (FERREIRA, 2012).

Compreendemos que a luta de classes se manifesta na vida econômica, através de conflitos salariais; ela verifica-se de uma forma diferente da vida política, expressa, por exemplo, nos embates eleitorais ou em ações de massas contra as políticas prejudiciais aos interesses dos trabalhadores, aplicadas pelos governos burgueses, dentre outras situações de conflito.

### **2.3 Movimentos sociais no Brasil nas décadas 1970 e 1980**

Conforme Bringel (2012), sempre houveram lutas sociais, contudo as interpretações sobre os movimentos sociais nas ciências sociais se desenvolvem por três momentos principais correspondendo estabelecer os movimentos sociais

modernos. No desenvolvimento, veremos que cada um deles coincide com conjunturas críticas presentes na sociedade.

O primeiro momento, Bringel (2012) considera que as interpretações dos “clássicos” da sociologia e, sobretudo, com o caminho iniciado por Marx que ao colocar o conflito e a ação coletiva no seio das relações sociais, elabora a primeira teoria sobre o tema. Tendo em vista que as experiências europeias fundamentavam as interpretações dos movimentos sociais; o segundo momento, surge com a teoria dos novos movimentos sociais processado pelo aspecto político, tendo em vista a emergência de uma sociedade pós-industrial ou da informação, buscando de diferentes maneiras compreenderem os movimentos em uma sociedade em mutação, e, o terceiro momento revela o quão estamos submersos entre as correntes e os paradigmas que são substituídas por abordagens mais plurais e inclusivas, considerando que os “clássicos” não perdem totalmente sua influência, já que grande parte da teorização recente mais que uma renovação total, consiste em uma adaptação, uma maior abertura a outros temas que enfatiza as dimensões individuais, relacionais e as fronteiras mais corrente do ativismo contemporâneo.

É justamente nestas décadas de 1960 e 1970 quando há um maior compromisso dos acadêmicos latino-americanos com as realidades políticas e sociais. A década seguinte marcaria uma crescente especialização do saber e profissionalização das ciências sociais na região para além da “tradição ensaística”, o qual contribuiu enormemente para o desenvolvimento do campo acadêmico, mas também gerou um maior distanciamento entre o saber acadêmico e o compromisso militante (BRINGEL, 2014 *apud* DOMINGUES, 2009; SVAMPA, 2007).

No final da década de 1970, de acordo com Gohn (2010), a entrada de novos contextos de lutas, marcada pela explosão dos novos movimentos sociais, ligados aos princípios da teologia da libertação, que se vinculava a Igreja Católica, quando esta começa a realizar trabalhos de base com a realidade particular de cada localidade (bairro), surge nesse espaço um caráter inovador das ações diferentemente dos movimentos sociais clássicos.

“A teoria básica enfatizada era a da autonomia” (p. 282), nisto Gohn (2010), vai dizer que foi um momento que propiciou ao cenário político (dito partidário) uma perspectiva de distanciamento em duas vertentes: de um lado em relação ao Estado autoritário – com sentido de não cooptação de seus líderes e liderados, uma relação de antagonismo e oposição, e de outro lado, de caráter extra institucional, em relação às práticas clientelistas, corporativistas vivenciadas nos sindicatos, associações de bairros e na política em geral considerados como aspectos não democráticos que impedia qualquer tipo de manifestação popular em um regime militar autoritário.

Compreendemos que foi um contexto social marcado pelos grilhões que ainda se permitia nas relações sociais, arraigados por princípios avesso à democracia, mesmo com o teor político que estes novos movimentos sociais carregavam pela força da mudança social, associado à sua multiplicação e proporção em atuação resultou na descaracterização da prática de luta em que os movimentos sociais clássicos estavam acostumados, mas que “[...], os movimentos populares urbanos tinham papel de destaque. [...], vistos como fontes de poder social” (GOHN, 2010, p. 282).

Os movimentos sociais no Brasil se intensificam a partir da década de 1970, quando da prevalência e organização dos movimentos estudantis e da classe operária em seus sindicatos (CARVALHO, 2004), comunidades eclesiais de base (CEBs) e pastorais como forte movimento de oposição ao regime militar, mantendo assim uma luta social e uma forte resistência, consoante Ilse Scherer-Warren, “o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal” (2008, p. 09), mesmo diante de duras respostas de o Governo Militar para reprimir as manifestações, com torturas, violência através do AI5 (Ato Institucional número 5) que vigorou entre 1968 e 1979.

Período que provocou a efervescência dos movimentos sociais, sendo que dentro das universidades propiciou a inserção e a consolidação dos cursos de Ciências Sociais, resultando numa reforma pedagógica caracterizado pela

interpretação mais crítica frente à realidade brasileira, neste contexto, Gohn (2010, p. 23) pondera o quanto é inegável “que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988”.

A partir de então se pluralizou as pautas de reivindicações, formas de atuação e consideráveis identidades dos movimentos sociais vigentes, ampliando o conceito de política e de fazê-la coerentemente, no qual Evangelista (2004) situa que “foram grupos que construíram uma nova forma de fazer política e politizarem novos temas ainda não discutidos e pensados como constituintes do campo político” (p. 35).

A transição política para o Estado Democrático que ganhou força na década de 1980 culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que contribuiu significativamente para,

Um aumento considerável do número de ONGs e do terceiro setor de responsabilidade social. As associações de bairro, representantes de periferias e de moradores de classe média, também em expansão, reivindicam a concessão de direitos sociais [...] As duas grandes mobilizações nacionais deste período foram o Movimento pelas Diretas Já (1983-1984) e a mobilização da sociedade civil organizada [...] para a inclusão de novos direitos na Constituição brasileira, a qual veio a ser denominada de “Constituição Cidadã” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 11).

Analisando este processo social e político, Gohn (2010), já na década de 1980 os movimentos sociais vivem um forte dilema, tendo em vista que na década anterior viviam no plano da atuação concreta sobre as realidades de cada identidade exposta, uma fase de otimismo e de valorização de suas ações se viram perplexos e deste estágio passaram a desacreditar de suas lutas. Ela vai dizer que vários fatores contribuíram para que esse fato se processasse, para tanto elenca um enumerado de elementos:

[...] com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização e o posterior desgaste das chamadas práticas participativas em diferentes setores da vida social, [...]; e, fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs – Organizações Não Governamentais (p. 285-286).

A nosso ver, este último veio condicionar a forma de ativismo mais necessária que contribuiu, querendo ou não, para possibilitar ao Estado e aos mecanismos de opressão a legitimação de alguns governos, pois retirou do mesmo a obrigação de ser o provedor direto da aplicação e implementação de políticas públicas voltadas para suprir as demandas sociais. Para tanto, essas alterações ocorridas propiciaram a perda da mobilização dos movimentos sociais da década de 1970, pois embora, tendo sido um projeto que não se completou num todo, seja apontado não como fracasso para a década de 1990, mas que fica conhecido neste novo cenário político e social como algo idealizado, um sonho inacabado vivenciado nos 1970 e 1980, “quando o Estado era visto como seu inimigo” (GOHN, 2010, p. 286).

A década de 1980, no Brasil, foi um período de significativas mudanças e de novos ordenamentos no quadro político da nossa sociedade. O início do processo de abertura política, após longo período de ditadura militar, possibilitou o surgimento de novas organizações da sociedade civil e da sociedade política. A população foi mobilizada a participar dos destinos do Estado e de intervir nos diferentes níveis de governo. É um contexto no qual, surgem novos atores no cenário político e social, através de organização de sindicatos, associações científicas e comunitárias, novos partidos políticos e organizações não governamentais que começavam a desenvolver ações que não eram assumidas pelo Estado, com isto Gohn (2010) revela que:

Ao final dos anos 1980, quando o Partido dos Trabalhadores ascende em várias prefeituras municipais, houve uma redefinição de posturas políticas, e a problemática principal passou a ser a de capacitação

técnica das lideranças populares para atuar como coparticipes das políticas públicas locais (p. 286).

Foi um período que provocou a criação direta de uma camada de dirigentes que se distanciou das lutas de base e, que, no entanto, suas preocupações comprometiam aos encontros e seminários nacionais nos anos de 1980 e os internacionais na década de 1990, se aproximando cada vez mais das ONGs. Aspecto que muito contribuiu para que os dirigentes dos movimentos sociais tomassem poder em alguns setores públicos (Gohn, 2010). Processando, neste período, a chamada cooptação dos movimentos sociais favorecendo a legitimação governamental, descaracterizando “a categoria da autonomia tão importante nos anos 70, [...] com as mudanças no cenário político, [...], redefiniu-se em termos de autodeterminação” (p. 287), ou seja, abre-se uma perspectiva para novos acordos e negociações.

De acordo com Dagnino (2002, p. 285), “A importância do desafio da qualificação técnica tem determinado o surgimento de propostas mais gerais para sua solução”. Dada a importância técnica e política, Dagnino vem ressaltar que o ator social por estar nas frentes de mobilizações e de enfrentamento ao sistema vigente deve, portanto, buscar um embasamento teórico daquilo que se pretende defender ou conquistar. Ademais, reforça que se torna necessário ao indivíduo apropriar-se dos mecanismos técnicos orientadores e políticos para que se tenha argumentos respaldados por estes instrumentos.

Nesse sentido, insere-se neste contexto, os movimentos sociais com sua dinâmica intrínseca apresentando um “caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos” (GOHN, 2010, p. 333).

E como nos propõe Scherer-Warren (2008, p. 19) em suas diferentes análises sobre os movimentos sociais:

No cenário brasileiro do novo milênio, há a emergência de um movimento cidadão crítico, que não atua de forma isolada, mas em redes nacionais e globalizadas e que se caracteriza por estar desenvolvendo um ideário político que visa a transposição de várias fronteiras restritas dos movimentos sociais mais tradicionais de nossa história.

Com isso, podem ser apontados a partir das possibilidades de participação de tais movimentos na conquista de direitos, em razão de vários fatores: seja no ganho de forças na luta por direitos ou na perda dessas forças contra o poder instituído; seja pelo pouco número de adeptos em grandes ou graves conflitos; seja até pela falta de habilidade técnica ou política para que se garanta a efetivação de seus direitos (SCHERER-WARREN, 2008).

### **3 NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Este capítulo visa fazer uma revisão das discussões que envolvem os chamados “novos movimentos sociais”. Observa-se que não existe uma única definição do que vem a ser o movimento social. De acordo com a literatura recente, esses “novos movimentos sociais” surgem enquanto estratégia complementar e alternativa aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda. Ao analisar a discussão de tal temática nota-se que os “novos movimentos sociais” possuem ações pontuais que buscam reformas, contudo mantendo a base do sistema capitalista: a exploração do trabalho assalariado, e suas ações não impactam profundamente na organização do capital.

#### **3.1 Compreendendo o processo histórico**

Como já citado por algumas vezes neste trabalho de pesquisa, o conceito sobre os movimentos sociais não é determinante, tendo em vista a grande autoria de obras que já em pesquisa desenvolveram acerca desta temática. Para tanto, nos deteremos nos conceitos de alguns estudiosos para prosseguir nosso debate.

Para Gohn (1995) o movimento social tem como característica a união de um grupo de pessoas que se aliam em um objetivo comum, tendo como base os valores políticos e culturais dos seus participantes, possibilitando a criação de uma identidade comum ao movimento. Definindo movimentos sociais como:

Ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a

partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (p. 44).

E ainda sobre movimentos sociais, encontramos Silva (2001, p.15) para quem o movimento social “compreende um agir através de um conjunto de procedimentos, e um pensar através de um conjunto de ideias que motivam ou fundamentam a ação individual e coletiva”. Scherer-Warren (1984) afirma que o movimento social possui a sua base fundamentada na organização de grupos em torno de libertação, ou seja, a busca da superação de formas de opressão, na expectativa de uma sociedade diferente. Ambos, a nosso entender, apontam o homem como ser de transformação, ou seja, enquanto sujeito de ações nas relações sociais contribui para se modificar construindo novas possibilidades de relações, não só individuais, como também coletiva, como uma interação e ação reflexiva.

Conforme Silva (2001) para se chegar ao histórico sobre os novos movimentos sociais precisou, historicamente, de um contexto de processos sociais envolvendo a classe trabalhadora na relação contraditória entre capital e trabalho.

O termo movimento social foi criado por Lorenz Von Stein, no século XIX, por volta de 1840, na Alemanha, ao evidenciar a necessidade de um ramo da ciência social que se voltasse para o estudo dos movimentos sociais da época, como o movimento operário e o socialismo, emergente (p.15).

Nesse processo, Silva (2001) aponta que por meio da sociologia compreensiva, em 1951 Herbert Blumer, amplia-se a classificação dos movimentos sociais de “religiosos/seculares, reformistas/revolucionários, violentos/pacíficos para movimentos dos camponeses, dos negros”...; quando em 1970 nos Estados Unidos surgiu uma nova corrente interpretativa, considerada por Silva a teoria da Mobilização de Recursos, que buscou compreender as ações coletivas por meio da análise comportamentalista-organizacional e, que para

Alonso (2009) além da Teoria de Mobilização de Recursos surgem para explicar os movimentos sociais mais duas famílias de teorias: a Teoria do Processo Político e a Teoria dos “novos movimentos sociais”. Segundo Alonso esta última possui demandas simbólicas em torno do reconhecimento de identidades e de estilo de vida. E é nela que nos deteremos.

Para Gohn (2010), na concepção marxista, os novos movimentos sociais entram em cena pela busca de mudanças culturais ao invés de uma mudança revolucionária que daria origem a uma sociedade sem divisão de classes. No entanto a discussão acerca destes movimentos,

[...] foi expressão cunhada na Europa, nas análises de Clauss Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho (GOHN, 1995, p.44).

Montaño e Duriguetto (2010) afirmam que os chamados “novos movimentos sociais”, ou seja, os movimentos sociais contemporâneos surgem principalmente em meados do século XX e são complementos às lutas de classes do movimento clássico, são também vistos, em muitos casos, enquanto alternativa aos movimentos de classes tradicionais e até mesmo enquanto alternativa aos partidos políticos de esquerda.

Fato que na América Latina, precisamente no Brasil, década de 1970 em consequência da emergência de inúmeros movimentos sindicais datado nos anos 1960 e início de 1970 os novos movimentos sociais se inserem na realidade brasileira apresentando em sua militância uma nova maneira de agir frente ao sistema vigente, agora com teor político (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

É nesse período e nesse contexto que eclodiu o aparecimento dos chamados “novos movimentos sociais”, como o movimento mundial de

protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o Maio parisiense de 1968, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, entre outros (p. 265).

Seus comportamentos se acentuam diferentemente dos movimentos sociais clássicos por apresentarem duas características intrínsecas, próprias de seu movimento, acentuadas por Bihl (1998), sendo que a primeira diz respeito às suas mobilizações que se situam fora da esfera imediata do trabalho e da reprodução da força de trabalho, no qual seus protagonistas não estão envolvidos diretamente nas formas organizacionais e ideológicas do movimento operário, e, a segunda por possuírem em sua maioria uma postura antiEstado e antipartidos políticos.

Assim, os NMS emergem de novas demandas postas a sociedade contemporânea que requer respostas diferenciadas. Levando-nos a perceber que os teóricos que discutem esta temática apresentam uma discussão centrada nas mudanças pontuais, por meio de reformas e não da superação da ordem burguesa que se daria pela revolução.

Para tanto, os NMS, assim conhecidos, à época traz em si características muito peculiares. Seus universos ideológicos e políticos são incomuns, sendo, pois, Duriguetto e Montañó (2010) assim exemplifica os três grupos divididos neste contexto:

Os “acionistas” que não visavam ações capitalistas e nem socialistas defendiam a mudança geral que partisse das pequenas ações locais e cotidianas. São grupos compostos por diversas identidades que não têm visualização da totalidade, e, parte para a solução mais pontual e imediata; a esquerda pós-moderna inspirada nas teorias acionistas corrobora com o fim das ideologias revolucionárias por conta do fracasso do socialismo, suas ações vão dizer que o real não é possível de ser explicado e entendido na sua globalidade, e só se torna possível de ser entendido racionalmente se de forma isolada e fragmentada; e um terceiro grupo composto por segmentos marxistas e comunistas estes,

Se descolavam da dogmática stalinista e se preocupavam em incorporar as demandas dos “novos movimentos sociais” nas lutas de classes e nas formas de organização clássicas herdadas do marxismo e do leninismo: partido e sindicatos. Ou seja, tratava-se de incorporar as lutas dos “novos movimentos sociais” – lutas que se desenvolviam fora do mundo da produção – à luta política revolucionária. O desafio para esses segmentos era, assim, adequar as organizações clássicas dos trabalhadores e a estratégia revolucionária à essa nova conjuntura das lutas sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.311).

Nesse sentido, o movimento revolucionário está condicionado à organização do partido, pois sugere a derrocada de um sistema ou poder político pela substituição dos opostos. Além disso, Lênin (1977) deixa claro quem nem na mais democrática república vai existir a igualdade, pois esta se instala na propriedade privada dos meios de produção, inseridas nesse contexto a grande massa da população. Nisso, a igualdade só será alcançada por meio da abolição de classes, que na perspectiva marxista, do socialismo chegar-se-á ao comunismo.

Para Gohn (2010, p. 125), os NMS se distanciam das relações que se vinculam ao paternalismo e as forças políticas partidárias (atitude que coopera com as agências estatais e os sindicatos) para em sua militância assegurar direitos sociais, nisso “eles usam a mídia e as atividades de protesto para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais”.

O professor da Escola de Comunicação da UFRJ Henrique Antoun explica que na medida em que os movimentos sociais vão sendo marginalizados, e a própria televisão assume a liderança da mídia de massa passando a responder pela educação social, esses movimentos ocupam a web. Portanto, completa, “a web é povoada por movimentos sociais, hackers, grupos de ONGs, grupos de lutas sociais, que começam a entender aquele lugar como um espaço que precisava ser povoado pela população” (IHU On-Line, 2010).

Compreendemos que sendo os meios de comunicação um espaço privado, no qual apenas o capitalista se apropria destes, a internet, por vez, pela

dimensão de adeptos e pelo poder democrático em participação que se permeia neste espaço, tornou-se necessária a apropriação das organizações civis, tendo em vista que nela estão as camadas subalternas da sociedade. Para tanto, é um lugar propício de organizar uma ação coletiva.

[...], o compartilhamento de informações de todo tipo ocorre “sem fronteiras”, uma vez que, dispostas nas redes, estão acessíveis aos usuários que delas participam. E é com a disponibilização de informações e, principalmente, opiniões acerca das necessidades e insatisfações (políticas e sociais), que nascem as mobilizações nas mídias sociais (TAVARES; BARBOSA; SANTOS, 2013).

Em prol de um objetivo do bem comum e buscando conquistar um maior número de pessoas que acessam a internet atualmente, pessoas, organizações, grupos iniciam mobilizações sociais, atualizados dentro do cronograma local, nacional ou até internacional se organizam e promovem manifestações de grandes proporções (TAVARES; BARBOSA; SANTOS, 2013).

Portanto, uma ferramenta que tem mudado a forma como as pessoas interagem, como acessam a informação e como participam da política; aproxima atores sociais diversos, possibilitando o diálogo, ainda que muitas vezes permeado de conflitos, mas que resulta em ações de mobilização. Nesse contexto, “as mídias e as redes sociais são utilizadas como instrumentos de cobrança ao poder público e às empresas privadas, reivindicação política e social, defesa de causas as redes sociais se tornaram o campo de articulação e mobilização política das ruas” (AS-COA, 2013).

Muitas dessas mobilizações que começaram online tiveram efeitos práticos consistentes, como a queda do ditador Hosni Mubarak, que durante 30 anos esteve no poder no Egito, e deram origem a novos partidos políticos como o Podemos na Espanha, o Syriza na Grécia, o HDP na Turquia (p. 15).

Nisso, segundo Danesi (2013), as manifestações organizadas pela sociedade civil comprovou o poder das mídias sociais, com visualização mundial, ocorreram, por intermédio dessa nova forma de articulação, a Revolução Verde, no Irã; a Primavera Árabe; o Movimento à Rasca em Portugal; os Indignados da Espanha; a Revolta da Praça Tahrir, no Egito; o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos; as mobilizações em defesa do parque Gezi na Turquia; como bem as manifestações que levaram milhares de pessoas para as ruas no Brasil em junho de 2013 mostrando que é um espaço apropriado para a construção de uma vida política ativa.

### **3.2 Desafios contemporâneos**

O tema dos movimentos sociais e sua dimensão política estão diretamente ligados ao processo de reconstrução permeado por um regime democrático no país, sendo que as mudanças no mundo impactaram violentamente os fragmentos do processo de construção da cidadania no Brasil destacando a participação da sociedade civil organizada (GOHN, 2013).

Nisso, compreendemos que a presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação frente a nova conjuntura e as novas forças sociopolíticas em ação. O importante a destacar é que esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. O repertório de lutas que eles constroem, demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais.

Um novo mundo está tomando forma neste fim de milênio. Originou-se mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a conseqüente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e

ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. A lógica inserida nessa economia, nessa sociedade e nessa cultura está subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente (CASTELLS, 2002, p. 412).

Fica entendido que essa mudança nas relações sociais, frente a revolução da tecnologia e da informação tem permitido a interação de pessoas, por intermédio dos computadores, construindo conhecimento partilhado que vai do entretenimento à política, passando por áreas como a economia, saúde e educação, caracterizando uma transformação do tempo e do espaço da experiência humana, porém pontua-se uma desvantagem que é a perda do contato pessoal, redirecionando uma postura de ação do indivíduo frente as mudanças do cotidiano em todos os setores sociais.

Segundo Gohn (2013, p. 305), no Brasil contemporâneo, os movimentos sociais são distintos dos presentes do final da década de 1970 e parte dos anos 1980, os quais militavam enquanto “movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar”, dentre outras posturas em que a cultura era se espelhar no outro, ou seja, a maioria dos movimentos sociais nestas décadas não se centravam em si, lutavam para ter “direito a ter direitos” na perspectiva da totalidade.

As instituições e organizações da sociedade civil construídas em torno do Estado democrático e do contrato social entre capital e trabalho transformaram-se, de modo geral, em estruturas vazias, cada vez menos aptas a manter um vínculo com as vidas e os valores das pessoas na maioria das sociedades. [...] neste fim de milênio, o rei e a rainha, o Estado e a sociedade civil estão todos nus, e seus filhos-cidadãos estão vagando em busca de proteção por vários lares adotivos” (CASTELLS, 2006, p. 418).

Gohn (2013), na obra *Desafios dos Movimentos Sociais hoje no Brasil*, revela que no novo milênio há presente uma reformulação de sujeito traduzido na

sua prática com diversos sentidos e significações que distorcem as características dos sujeitos históricos das décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido apresenta-se o distanciamento do sujeito no campo das ações populares direcionando o relacionamento às outras ramificações sociais (ONGs e a participação nas políticas públicas), originando novas formas de associativismos que visam resoluções imediatas e focalizadas.

Trata-se aqui, a nosso ver, que a globalização proporcionou aos indivíduos criarem um novo percurso para suas vidas, não que esta fragmentação gerou o caos, mas possibilitou outra forma de organizar a vida, gerando o individualismo moderno, nisso, corroboramos com Touraine (2006, p. 119) quando diz: “eu defino o sujeito em sua resistência ao mundo impessoal do consumo, ou da violência e da guerra”.

Isso tudo alterou o projeto político dos movimentos populares urbanos no sentido de um projeto político policlassista, um novo projeto político dos movimentos populares, que vai contemplar outras questões além de demandas específicas do campo das carências socioeconômicas [...] (Gohn, 2013, p. 306).

Nesse campo diversificado de atuação específica dos movimentos sociais, Gohn (2012) apresenta um panorama de lutas e demandas presentes neste novo milênio, elencando (apresentaremos alguns tendo em vista os vastos temas): movimentos sociais ao redor da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade – distribuídos em movimentos pela moradia, movimentos e ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demandas pela paz, e, mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico espaciais; Mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão política-administrativa da cidade, destacando: Conselhos Gestores e Orçamento Participativos, dentre outros; Movimentos pela educação; Movimentos ao redor da questão da saúde, tais como: Sistema Único de Saúde (SUS), Conferências nacionais, estaduais e

municipais da saúde e, Agentes comunitários de saúde; Movimentos pela Ética na Política; Movimentos sociais no setor das comunicações.

Ou seja, passado décadas, os NMS emergindo nos espaços políticos, têm como orientação de luta novas formas de contestações, levantando questionamentos apoiados por diferentes temas cada vez mais abrangentes, tais como gênero, sexualidade, cultura, etnia, religião. Nesse sentido, os “antigos” movimentos sociais lutavam por preceitos econômicos como organização de trabalhadores visando melhores condições de trabalho (salários, carga horária), já os NMS trazem consigo a característica política com base nas minorias, porém, muito desvinculada da realidade geral e sua totalidade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

É um contexto que levanta uma preocupação: "a ausência de mediação entre o movimento operário e os novos movimentos sociais desembocou a ausência de mediação entre os próprios novos movimentos sociais entre si" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Para nossa compreensão, as demandas dos NMS se particularizam, com forte tendência a isolar os grupos em suas singularidades, sem manter relação com os demais, distanciando-os do terreno da intervenção, das questões sociais econômicas e das condições que estão intrinsecamente ligadas à sua reprodução, permite uma convivência com o sistema capitalista, mesmo que limitado na contradição, contribui para sua manutenção.

Disso tudo resulta um cenário contraditório no qual convivem entidades que buscam a mera integração dos excluídos por meio da participação comunitária em políticas sociais exclusivamente compensatórias; com entidades, redes e fóruns sociais que buscam a transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento que impera no país, inspirados num novo modelo civilizatório onde a cidadania, a ética, a justiça e a igualdade social sejam imperativos, prioritários e inegociáveis (GOHN, 2013, p. 310).

Gohn (2010) comenta que se apresenta uma mudança na relação do Estado com os movimentos sociais, reflete uma alteração na forma de relação deste com o setor social, significando, de um lado, reconhecimento social, especialmente de identidades culturais reivindicadas pelos movimentos; de outro, passou a haver um maior controle social – de cima para baixo, pois as identidades têm sido formatadas em ‘políticas de identidades’, e não em processos de assegurar ‘identidades políticas’ construídas pelos próprios sujeitos participantes.

Nessa direção, Melucci (2001, p. 10), revela que “estamos, certamente, diante do desaparecimento da ação e dos sujeitos que coincidem com a nossa ideia tradicional de movimento”, quando há um direcionamento do significado de suas ações para um tratamento desvinculado das preocupações da coletividade. Nisso, continuando, diz: “não creio que isto signifique o desaparecimento da ação coletiva, nem o desaparecimento dos conflitos sociais”. Ou seja, o que se desenvolve nesse processo histórico é o aparecimento de um método “novo” de agir frente às transformações sociais e conjunturais, caracterizado pela profunda mudança da forma de atuação.

A nosso ver, as lutas assumem novas formas, distintas do modelo de movimento social vigente nas décadas de 1970 e 1980 – contudo o aparente modelo entrou em crise, mas não significa que as lutas cessaram, são milhões e estão presentes nas diversas mobilizações, fóruns, debates, plenárias etc., para tanto é preciso estar consciente do contexto político onde se localizam os movimentos e que diante das dificuldades de apreensão da realidade, que estejamos cientes de que é preciso pensar em categorias teóricas menos fechadas e estáticas, mais capazes de apreensão da prática social.

## **4 PESQUISA**

Após o estudo teórico sobre as ideias, concepções e conceitos do termo Movimentos Sociais desenvolvidos nos capítulos anteriores, seguiremos para uma análise dos dados coletados em uma pesquisa de campo, pela entrevista semiestruturada. O objetivo consiste em descrever o percurso da pesquisa e posteriormente fazer a análise de seus resultados.

### **4.1 Desenvolvimento da Pesquisa**

A modalidade escolhida foi a entrevista semiestruturada. Nisso, os dados estudados procuraram evidenciar o papel dos movimentos sociais num cenário marcado pela ideologia do neoliberalismo, nas quais as entrevistas semiestruturadas foram fundamentais para compreender as especificidades dos integrantes dos movimentos e, também contribuiu para verificar a prática em relação à teoria.

Conforme a metodologia da abordagem, as entrevistas foram realizadas com coordenadores e membros da base militante dos movimentos sociais selecionados. Dentre estes, foram privilegiados os que eram militantes de base e participavam ativamente do movimento. Foram entrevistadas quatro pessoas ligadas à diversos grupos dos movimentos sociais da cidade de Fortaleza, no intuito de compreender o perfil dos grupos de base e seu papel social na conjuntura atual. Disso decorreram dias, meses e as ações necessárias para a produção deste projeto de pesquisa: 30 (trinta) dias do mês de setembro foi realizada a captação de contatos para um possível agendamento; dias 04;13 e 14 de outubro de 2017 realizou-se três entrevistas com militantes e, dia 10 de novembro do corrente ano, por intermédio da Paralisação contra a Reforma Trabalhista ocorrida em Fortaleza (fotos no Apêndice C), realizou-se a última entrevista.

Nisso, foram três meses que se buscou a concretização destas entrevistas, passando pelo processo de captação dos grupos coletivos, seguido de agendamento junto aos participantes da pesquisa. A priori, por intermédio de uma militante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi possível o contato com alguns dos atores que contribuíram para o resultado deste documento. Grosso modo, o perfil dos integrantes que compuseram as entrevistas é composto por indivíduos de 20-60 anos. São trabalhadores cuja história de vida está ligada à luta.

A presente pesquisa, por questão de sigilo do nome daqueles que se propuseram a responder o questionamento, apresentará os participantes da seguinte maneira: entrevistados A, B, C e D. Logo abaixo veremos os movimentos sociais que fortaleceram este trabalho:

- Entrevistado A: trata-se de um senhor com faixa etária de aproximadamente 60 anos, militante há 30 anos na comunidade eclesial de base (CEBs) Frei Tito pela organização ESCUTA – Espaço Cultural Tito de Alencar, atuante até hoje.
- Entrevistado B – com idade aproximadamente de 50 anos, presidente há 3 anos e meio, na frente dos trabalhos realizados na organização comunitária Associação dos Moradores de Vila Nova, localizada no bairro Vila Velha.
- Entrevistado C – militante atuante há mais de 20 anos no Movimento Sem-Terra (MST), sendo que seu início se dá desde de sua infância como ‘sem-terrinha’, com faixa etária de 30 anos, hoje é uma das dirigentes dessa organização (MST).
- Entrevistado D – com idade de 22 anos é militante da União Juventude Socialista e integrante da Pastoral da Juventude, que através do movimento estudantil se reconheceu e até hoje está na frente de combate pelas proposições dos movimentos dos quais está inserido.

## 4.2 Análise dos resultados da Pesquisa

Esta pesquisa não pretende concluir a partir do levantamento das concepções de quatro pesquisados, acerca do tema Movimentos Sociais, possa ser generalizado, mas que a partir de tal análise de dados observados, o entendimento do que vem a ser o papel dos movimentos sociais possa ser considerado.

Os dados coletados junto aos participantes consistiram na obtenção de informações, concepções e/ou entendimento dos mesmos sobre a atuação dos movimentos sociais contemporâneos. Buscou-se elucidar o papel social, destes, na conjuntura atual e as expectativas dos atores sociais (entrevistados) no e para o âmbito em que atuam junto aos movimentos que está militando.

No entanto, esta pesquisa, a cada pergunta respondida, trouxe consigo importantes observações. Partamos neste momento às respostas coletadas na pesquisa de campo e análises sobre as mesmas.

A seguir, e de forma íntegra, as considerações à pergunta: **“Qual sua história de ligação com os movimentos sociais?”**

Entrevistado A: “Minha inserção está ligada diretamente com as pastorais da igreja Católica a nível de Conselho de periferia (associação de bairro), para buscar melhores condições de vida da localidade, nos trabalhos comunitários de reflexão religiosa”.

Entrevistado B: “Preocupação com a precariedade da realidade de vida em que viviam os moradores, sendo necessário um trabalho que pudesse servir as pessoas carentes”.

Entrevistado C: “Minha história no MST começa em 1997 com um acampamento que foi feito na região do Estado do Piauí-Parnaíba. Hoje é um assentamento de 20 anos e eu iniciei a minha caminhada como muitos. Já em

2005 entrei na militância nos processos formativos do movimento, e, desde lá estou aqui como militante principalmente como dirigente das organizações”.

Entrevistado D: “Eu iniciei minhas atividades com os movimentos sociais em 2011 quando tinha 15 anos de idade, foi através do Movimento Estudantil da escola que eu fazia parte e eu fui convidado a fazer parte do Congresso Nacional Brasileiro da União Brasileira de Estudantes Secundaristas. E partir deste Congresso nacional fui adquirindo mais vontade de estar junto ao movimento”.

Analisando e comparando as respostas percebemos que há militantes que se inserem nos movimentos sociais com vistas à reivindicação por melhores condições de vida da comunidade, partindo de questões concretas, de necessidades imediatas vinculadas à reprodução social, tais como o custo de vida, moradia, transporte, saneamento, educação, etc., passando por um processo de intenção ativa nesse meio de análise da realidade, de prática e de participação com base em referenciar as reflexões teóricas possibilitando desenvolver ações em seu interior. Outros militantes são envolvidos e engajados pelos trabalhos já existentes (que se dá a partir dos processos de formação do movimento), nos quais, os movimentos sociais vêm apresentando uma dinâmica orgânica capaz de criar em seus membros uma expectativa com vistas à sua valorização e amadurecimento no decorrer de sua permanência nos espaços de coletividade. Em outras palavras, são criadores de novos homens e mulheres capazes de sobressair dos seus aspectos ensimesmados para que possam contribuir para a prática social na qual estão inseridos.

Um dos entrevistados revela que sua entrada na luta junto aos movimentos sociais teve origem ligada diretamente aos preceitos da religião católica, por meio das pastorais eclesiais. Reflexão que nos direciona a uma organicidade da Instituição mencionada que se volta para as preocupações da vida cotidiana de seus adeptos, relacionadas às questões de moradia, saúde, educação, dentre outras demandas. Vê-se também, que outros começam sua vida prática social a partir de suas necessidades específicas, uns vêm de ações já estabelecidas, que por seus familiares terem passado pelo processo de luta, este

dá um prosseguimento na mesma linha de atuação. Igualmente, revelam que sua gênese está intimamente ligada aos processos comunitários de base.

[...] movimentos não são personagens de um roteiro previamente escrito, mas se constituem como rede de produção de sentidos, de constituição de um modo compartilhado de significações onde a ação e as opiniões sejam possíveis emergindo enquanto mobilização coletivas, a partir de articulações multissetoriais, apenas em momento de amadurecimento de determinadas contradições em meio às quais operam (GOHN, 1997, *apud* MELUCCI, 1986, p. 323).

Nisso, a inserção ao movimento social refere-se então a perspectiva de mudança social, isto é, a possibilidade de superação das condições de opressão e da construção de uma nova forma de sociedade. No contexto das entrevistas percebemos o quanto as estratégias da mobilização é um fator essencial que corrobora para um processo de aproximação e de pertencimento dos membros aos movimentos sociais nos quais estão inseridos. E que apoiados pela posição inteligível de Silva (2013) quando trata da sociedade civil, corroborando com o pensamento de Hegel, diz que para se constituir a sociedade civil parte da premissa da necessidade de “coisas” e da busca de saciá-las e, que para tanto, estes compostos vão permitir que todos os indivíduos se reconheçam no outro pelos mesmos princípios humanos da necessidade, envolvendo então a interação e os meios de comunicação que se processam nesta relação. Consideramos que a presença da sociedade civil atuando nos espaços políticos e de decisões nos encaminhamentos sociais, é um processo que tem necessitado da consciência política dos atores sociais pelo presente quadro de desigualdade social e econômica que vem se desenvolvendo até os dias atuais

A seguir, obtivemos as seguintes respostas para o segundo questionamento que dizia: **“Qual o objetivo do movimento social em que você está inserido?”**:

- Entrevistado A: “Busca promover a arte, a cultura e a educação popular, como forma de inserção social e de construção da cidadania”.
- Entrevistado B: “Nosso objetivo é ajudar! Buscar benefícios para servir a comunidade de zero a 100 anos, esse é o papel do presidente e da Associação: acolher e ajudar o povo! ”.
- Entrevistado C: “Tem como grande objetivo - lutar pela terra. Outra luta é pela reforma agrária, também, é lutar pela transformação da sociedade que é o Socialismo que a gente se bate numa perspectiva de construir novas relações sociais e a formação de uma sociedade mais justa, mais igualitária”.
- Entrevistado D: “Defender a democracia e a soberania nacional em defesa de um país mais socialista e igualitário para todos”.

Tendo em vista a gama de movimentos sociais existentes na grande cidade de Fortaleza, dada as respostas, fica explícito que cada um levanta suas preocupações e demandas particulares num contexto marcado pela ausência de políticas especializadas e positivas por meio do Estado em todas as suas esferas. Fato que contribui para que os mesmos possam traçar metas e objetivos específicos visando galgar para o seu coletivo os frutos dos quais cerceiam.

Se tratar do entrevistado A, vimos a estratégia de articular a comunidade com ações que se particularizam dentro do processo de educação que se iniciam nas rodas de conversas comunitárias e conseguem atingir o patamar da graduação de seus membros, quando estes, sabedores de seus direitos despertam a consciência para adquiri-los de forma ativa.

Analisando o entrevistado B, percebemos que suas preocupações limitam às ações que impossibilitam uma progressão maior de visibilidade para a conquistas de outros direitos. Sobretudo, quando este considera seu movimento social uma ponte permite a garantia dos direitos sociais aos seus participantes efetivados através de acordos políticos condicionando um ser social apático e desprovidos de força política.

Já o entrevistado C, traz em sua militância uma forte ação que vai na contramão do sistema político presente, permitindo que seus membros conquistem sua dignidade pela conquista da terra, fator que recorre a uma postura política de ação comunitária visando romper com os ditames de grandes donos de terra, objetivando a conquista e a posse da mesma.

E, por fim, o entrevistado D como resposta, apresenta o objetivo do movimento estabelecendo a defesa e a garantia de conquistas que abrange a comunidade nacional, visando fomentar um processo emancipador da totalidade, com vistas a superar todas as expectativas individuais em que a maioria dos movimentos sociais vem se sustentando nesse processo de lutas sociais.

Os resultados coletados, referente a esta questão, variam, por si tratar de um grupo coletivo específico que engloba instituições, políticas de atuação, modelos conjunturais e de lideranças, demais elementos de reflexões. Vimos que cada um à sua maneira busca romper com o sistema operante delegando responsabilidades aos seus membros ou responsáveis pelo processo de participação. Também, consideramos que sendo indivíduos causadores de transformação com valores e costumes apreendidos nestes espaços reforçam a garantia de sociedade ativa e democrática dentro de um sistema político visando romper com sua ditadura e imposição.

Os entrevistados apontaram a proposição do movimento em que está inserido. Expuseram sua bandeira de luta permitindo vislumbrar o que defendem mediante demandas com valiosos apontamentos para a garantia de direitos e, nesse processo vemos que os movimentos se particularizam, pois, são grupos de realidades e necessidades distintas que requerem uma mudança para suas demandas levantadas.

Nesse sentido, percebemos que a ação coletiva dos grupos de base não ocorre de forma passiva e gratuita. Pelo contrário, existem estratégias de mobilização, que estimulam a adesão dos participantes. Nisso, Tarrow apresenta os movimentos sociais como desafios baseados em objetivos comuns,

solidariedade social numa interação que se estabelece oposições sustentada com as elites e autoridades.

A ação coletiva pode assumir muitas formas – breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. A maioria delas ocorre no interior das instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia as autoridades (TARROW, 2009, p. 21).

Analisamos que o espaço reivindicatório por melhores condições de vida da comunidade, parte de questões concretas, de necessidades imediatas vinculadas à reprodução social, tais como o custo de vida, moradia, transporte, saneamento, educação, etc., e que estes grupos e seus membros apresentam um processo de intenção ativa e participativa, deliberada, embasado pelas necessidades concretas com base em referenciar as reflexões teóricas possibilitando desenvolver ações em seu interior. Porém, concordamos com Montaño e Durgetto (2011), quando salientam que é um contexto que levanta uma preocupação: "A ausência de mediação entre o movimento operário e os novos movimentos sociais desembocou a ausência de mediação entre os próprios novos movimentos sociais entre si", ou seja, as demandas dos NMS se particularizam, com forte tendência a isolar os grupos em suas singularidades, sem manter relação com os demais, distanciando-os do terreno da intervenção, das questões sociais econômicas e das condições que estão intrinsecamente ligadas à sua reprodução, permite uma convivência com o sistema capitalista, mesmo que limitado na contradição, contribui pra sua manutenção.

O terceiro questionamento foi: **“Qual a importância dos Movimentos Sociais para a sociedade?”** Obtivemos:

- Entrevistado A: “A importância dos movimentos populares vai de encontro a uma educação social de base, na qual a reflexão da realidade em que está inserido, é de grande importância para um posicionamento político que possa direcionar a mudança social local, nacional e internacional, na qual a

única forma de transformação social, transformação dessa realidade, ela vai se dar a partir de uma educação popular, numa compreensão crítica de mundo”.

- Entrevistado B: “É um espelho. Espelho do bem que acolhe o ser humano para os piores e melhores momentos, eles sempre orientam”.
- Entrevistado C: “Importância política de que eu tenho hoje é um entendimento diferenciado sobre a leitura da sociedade ela é graças a um imenso trabalho que me possibilitou a vivenciar isso em cursos encontros em atividades orgânicas e também aos problemas de ter que me possibilitou a romper os muros do latifúndio do saber onde fazer um curso numa universidade e a fazer especialização, então politicamente o que sou hoje é graças ao MST”.
- Entrevistado D: “A grande importância dos movimentos sociais é a mudança! Digo, não é nada direcionado para mim individualmente com relação a status, a dinheiro, reconhecimento. É a mudança do nosso país”.

O entrevistado A menciona que a importância dos movimentos sociais ‘vai de encontro’ a uma educação popular que perpassa o campo da teoria. Porém, queremos considerar que a expressão utilizada e até verbalizada por este não permitiu dar uma visibilidade contemplatória a esta indagação, tendo em vista que seu significado reluta o que de positivo o participante quis transmitir. Compreendemos, no ato desta resposta, que sua euforia alardeou, por meio empolgação, e, que ao responder tenha prejudicado sua coerência na hora da verbalização. No entanto, a importância destes movimentos, na fala dos entrevistados é de conduzir seus participantes para uma atuação política decifrada na forma de participação reflexiva e orientadora vislumbrando as condições concretas de suas realidades.

Um outro entrevistado, revela que o valor de importância dos movimentos sociais se desvela pela garantia da mudança em sua totalidade, ou seja, a presença/atuação destes movimentos na sociedade permitem a visualização de

inúmeras mudanças que estão relacionadas às relações interpessoais (grupos civis, grupos políticos) visando ganhos para a coletividade, seja por meio de reivindicações, de acordos políticos e de aproximação das comunidades com o poder público.

Abre-se um parêntese aqui para a reflexão sobre a resposta do entrevistado B, quando em sua colocação nos faz visualizar que existem movimentos de bairros atrelados aos recursos da filantropia e da caridade chegando a considerar que a transformação da sociedade e o seu crescimento se processa por soluções de ações focalizadas e do imediato. Sem expectativa da totalidade se fecham realizando trabalhos como bem convir, elaboram estratégias específicas, circundam as possibilidades de doações, cursos, atividades, momentos festivos através de outras instituições privadas e que a relação com o poder público é de um acordo meramente momentâneo.

Fica evidente, na fala de três dos entrevistados, que os movimentos sociais têm sua importância pela qualidade com que estes formam politicamente seus membros para o campo de atuação, frente ao posicionamento crítico da realidade. Outro revela que sem os movimentos sociais em ação contínua sobre a realidade, muitos direitos conquistados até agora teriam sido suprimidos por políticas estatais que priorizam projetos reducionistas – a prevalência de um Estado mínimo. A nosso ver, quando Dagnino (2002) ressalta o desafio da qualificação técnica dos participantes dos movimentos sociais, este agravante tem-se superado com veemência, resultando naquilo que Gohn (2010) ressalta quando diz que os movimentos sociais com sua dinâmica intrínseca apresentam um “caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos” (p. 333). Vimos também, que existem movimentos de bairros atrelados aos recursos da filantropia e da caridade chegando a considerar que a transformação da sociedade e o seu crescimento se processa por soluções de ações focalizadas e do imediato. Sem expectativa da totalidade se fecham

realizando trabalhos como bem convir, elaboram estratégias específicas, circundam as possibilidades de doações, cursos, atividades, momentos festivos através de outras instituições privadas e que a relação com o poder público é de um acordo meramente momentâneo. Aqui, a gente compreende que hoje, como historicamente, que ainda existem grupos que se permitem a acordos com órgãos públicos e privados vislumbrando um processo de “cooptação barata”, processando com isso uma organização coletiva marginalizada e desvalorizada, servindo apenas como sistema de trocas de favores em benefício da elite. É um processo histórico revelando que no cenário atual existem grupos e movimentos sociais mesmo não querendo contribuem com o sistema oligárquico e burguês reproduzindo sua ideologia. Mas que, de uma maneira geral os movimentos sociais de base, nacional e internacional têm feito um magnífico trabalho ao longo de sua existência, àquele que serve de base e de sustentação política e crítica para que seus participantes atuem de forma positiva nos espaços de debates, diálogos e decisão com vistas à transformação social.

Tem em vista o quarto e último questionamento, **“Qual a contribuição do movimento social, com relação a ganhos?”**, vimos presente uma heterogenia percepção nas suas respostas evidenciando características intrínsecas frente às suas bandeiras de luta.

- Entrevistado A: “O movimento social contribuiu para que haja um despertar coletivo com proposições para a transformação da realidade de dificuldade na qual vivenciam, tendo em vista a contribuição da CEBs nesse processo de reflexão e ação, permitindo um processo de organização social, a partir dessa compreensão de mundo”.
- Entrevistado B: “O ganho é quando beneficia a comunidade com algum benefício vindo para Associação e ela doa para a comunidade. Então é a maior riqueza dela servir cursos, doações, com benefícios diretos que é distribuído para a comunidade. Esse é o ganho que ela tem quando ela faz algo para a comunidade principalmente aquelas pessoas que mais precisam, por que a Associação ajuda sem olhar a quem, mas a preferência

dela é ajudar aquelas pessoas mais carentes, aquelas pessoas que mais precisam”.

- Entrevistado C: “A gente pode levar pela conquista da terra que não é o suficiente, então é muito gratificante quando a gente faz um acampamento e em seguida a gente faz festa de comemoração de entrega da emissão de posse, mas as outras conquistas que vem aos poucos, se partir pelo lado dos assentamentos. Partindo para o lado pessoal, para mim o grande ganho que tenho hoje é a minha formação política e poder me indignar com a injustiça cometida não apenas como um ser humano, mas como também como sujeito histórico porque a gente é parte de um processo acumulativo onde a gente vai estudando, vai fazendo leitura e compreender o meu papel enquanto pessoa, enquanto mulher, enquanto mãe eu devo isso ao MST ”.
- Entrevistado D: “Eu acho que ganho pessoal para mim eu não tenho, mas em nível nacional é a permanência da Constituição de 1988, a gente tentou garantir que os direitos humanos para todos, para os negros, para os pobres, para os LGBTs e para as mulheres fossem respeitados enquanto humanos”.

Vimos que o entrevistado A insiste em redizer, consoante a importância dos movimentos sociais, que a contribuição deles é permitir que os sujeitos sociais tornem-se questionadores da ordem e que possam também se ver e se reconhecer nesse processo de transformação na qual, essa proposição, através das estratégias das forças vislumbram a implementação de um projeto político democrático e popular, rejeitando a ditadura do sistema imposto, afirmando a autonomia e a democracia dos movimentos populares como princípios básicos para a sua organização, funcionamento e encaminhamento de suas lutas.

Já os entrevistados B e C consideram como contribuição aquilo que se pode ver no concreto, na transformação imediata da realidade quando da posse da terra que passa por meio das constantes lutas políticas e, da implementação de

cursos profissionalizantes voltados para o benefício dos moradores da comunidade que através de acordos políticos captam recursos contemplatórios.

Outra relevância, acerca da contribuição dos movimentos sociais, são os produtos resultantes de suas ações e manifestações que se materializam nas relações sociais, a nível nacional, condicionadas pelas pressões populares, quando na fala do entrevistado D ressalta a garantia de ganhos que perpassam o nível focalizado, ultrapassando as barreiras de cada luta particular.

Vê-se presente o que se chama de discrepância, na qual cada um opina à sua compreensão. Enquanto um dos entrevistados sustenta que a contribuição do movimento é aquela que se destina à formação e a capacitação de seus componentes para que atuem de forma crítica acerca dos problemas existentes no seu grupo, dois dos participantes corroboram que a contribuição se permeia por aquilo que se pode ver, apalpar trazendo respostas e soluções para o imediato. E um dos entrevistados, consegue visualizar a expansão dessa contribuição quando vai além das percepções intrínsecas de cada movimento, ou seja, considera o movimento como um instrumento que possibilita à ganhos imagináveis que compreende toda a população. Embora cada um pertença a um determinado movimento, compreendemos que o papel dos novos movimentos sociais na contemporaneidade, através de suas convicções subjetivas, vai ganhando um formato valioso em tempos de recessão e regressão dos direitos sociais e trabalhistas. Quando tentamos articular o capítulo que trata dos conceitos teóricos sobre os movimentos sociais, tipos de militantes, entre outros, com o material coletado nas entrevistas, percebemos que muito já foi alterado e, que as relações também têm vivenciado esse processo de mudança com o objetivo de alcançar uma melhora nas realidades vivenciadas pelo povo brasileiro. Levando em consideração os estilos de movimentos sociais e também dos seus militantes, segundo a teoria trabalhada nesta pesquisa, observamos que alguns podem ser considerados como “conservadores”, cuja ação pode estar contribuindo para a manutenção do sistema e, que por outro lado vemos também àqueles que se

posicionam contrários de fato e de verdade que não se deixam cooptar ou transgredir seus valores coletivos.

Vimos que os movimentos sociais decorrem do conflito entre as classes sociais, tendo uma dimensão coletiva e não individual, que visam à transformação da sociedade por meio da supressão do capitalismo.

Desde o marxismo, interpretava-se os movimentos sociais com expectativas e reservas: por um lado, como fenômeno coletivo para impedir o colapso do capitalismo e, por outro lado, como fenômeno de mobilização, tendo em vista sua substituição pelo socialismo. Para os marxistas, os movimentos sociais são expressões coletivas de descontentamento social e de transformação social. (VIDAL, 1997, apud SILVA, 2001, p.17). Nesse sentido, Silva (2001, p.15) para quem o movimento social “compreende um agir através de um conjunto de procedimentos, e um pensar por meio de um conjunto de ideias que motivam ou fundamentam a ação individual e coletiva”. Encontramos um reforço de que o movimento social, enquanto mecanismo de alcance de objetivos coletivos e individuais são movimentos que emergem no intuito do alcance de questões pontuais. Os movimentos sociais, a nosso ver, se apresentam como fator de relevante importância por que, além de fomentar em seus participantes um sentimento de pertença na unidade de um bem comum, condiciona um espaço livre para o debate e a construção de novos indivíduos envolvidos nos processos de transformação da sociedade. Permitti-nos redizer, em outras palavras, que o movimento social desperta nos integrantes uma rearticulação sob novas práxis coletivas, novas formas organizativas e também um estilo novo de comunicação, mediante conjuntura social na qual estão inseridos. No entanto, sua proposição (dos movimentos sociais) na fala do entrevistado C, é “criar sujeitos questionadores da ordem para que possam também se ver e se reconhecer nesse processo de transformação” na qual, essa proposição, através das estratégias das forças vislumbrem a implementação de um projeto político democrático e popular, rejeitando a ditadura do sistema imposto, afirmando a autonomia e a democracia

dos movimentos populares como princípios básicos para a sua organização, funcionamento e encaminhamento de suas lutas.

Nesse cenário, a contribuição dos movimentos sociais visa a uma militância constante que se processa pelos princípios da coletividade, da educação de base, da unificação das lutas (bandeiras) e da perseverança nos embates políticos, pontuando um novo modelo societário democrático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa sofreu, no decorrer de seu desenvolvimento, várias mudanças, questionamentos e inquietações até que chegasse a seu término. No entanto, teve seu prestígio pela oportunidade em realizar um trabalho em que fosse possível pronunciar a teoria e o campo prático. Demandou grande esforço na busca de referencial teórico que contemplasse tal proposição como também na procura de militantes dispostos a colaborarem na pesquisa de campo.

Foi um trabalho enriquecedor do ponto de vista individual como do acadêmico: seu esboço, sua construção, seu desenvolvimento, sua abordagem, suas inúmeras vertentes e necessárias delimitações para estudo. Muitos militantes apresentaram-se abertos a discussões, inclusive a flexibilizar as entrevistas, mas infelizmente pelo ativismo de alguns não foi possível sua contribuição para a presente pesquisa.

Considerando que este estudo teve como objetivo geral conhecer o papel social dos novos movimentos sociais na atual conjuntura neoliberal, ficou visível que estes dentro da dinâmica social vêm pontuando um significado de grande valor para a transformação nas relações interpessoais que visam valorizar um processo mobilizador envolvendo pessoas e comunidades, regiões e cidades, municípios e Estados buscando a concretização de uma pauta comum, por meio de um projeto societário tendencioso: a mudança político-econômico-social e cultural.

Compreendemos que nesse espaço há presente a dicotomia entres dois projetos sociais, o primeiro, que vem cotidianamente burlar e até suprimir os direitos sociais e trabalhistas já conquistados por todo esse processo da história dos movimentos sociais pela ferrenha luta contra o Estado e seus aliados e o segundo, o projeto societário democrático que visa contribuir crítica e ativamente nas decisões dos caminhos da sociedade, permitindo a construção de uma sociedade igual em direitos e valores para todos.

Na fala dos entrevistados se percebeu que no campo da atuação, os movimentos sociais vêm fazendo história que condicionam avanços por estarem promovendo articulações e mobilizações frente às necessidades intrínsecas de cada um na sua particularidade, porém pela estratégia da ação se combinam e se encontram quando no calendário existe uma pauta comum. Fica visível que, muito raro eles (movimentos sociais) conseguem, por meio da articulação, promover uma aproximação tendo em vista uma luta comum, coisa que não se vê sempre.

A pesquisa revelou que ainda existem movimentos populares promovendo ações que tendem a permanência do sistema atual, legitimando as classes subalternas e condicionando-as ao seu fatídico lugar: a subserviência e a mendicância, quando estes através de acordos políticos minimizam os direitos sociais de seus membros. Revelou também que na contramão do sistema, persistem outros movimentos promovendo cidadania, capacitando seus participantes para o processo de participação ativa, com vistas ao empoderamento e a valorização dos mesmos, cooperando para as conquistas de direitos.

A pesquisa permitiu a visualização de que, no presente cenário, visando a transformação social e na busca da superação ao capitalismo, os movimentos sociais vêm se mostrando como motores de renovação e como elementos fundamentais na ocupação dos espaços de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a cidadania passa a sair do discurso e se constrói na prática através da conquista, consolidação e ampliação dos direitos.

Fica entendido que a história e a sociedade mudam e com elas os contextos que circundam qualquer sujeito e/ou grupo ou classe. E lançar olhares diferenciados sobre a realidade é lembrar que nem todo posicionamento indesejável é considerado como rebeldia ou transgressão, vandalismo, e, necessariamente, uma afronta ou desrespeito, e que por isso não se deve confundir que trabalhar a favor da autonomia do indivíduo, da sociedade num contexto geral significa permitir e propagar comportamentos de rebeldia. Queremos dizer com isso, que as forças opositoras (conservadoras) militam (e parecem ter conquistado) para a criminalização dos movimentos sociais e nesse

meio termo, utilizam-se de várias estratégias (meios de comunicação em massa) para propagar sua ideologia.

Para tanto, consideramos que para a redução da discriminação que se tem sobre os movimentos sociais, torna-se necessário uma reinvenção de estratégias com ações unificadoras possibilitando maior visibilidade naquilo que se propõe e assim contribuir, gradativamente, para a construção de fato, de um novo modelo de sociedade pautada na harmonia, na justa partilha, com permissão a verdadeira igualdade e liberdade de seu povo.

Por fim, se evidencia que há ainda uma necessidade de fortificar a viva voz das lideranças populares, nos espaços de decisão dos caminhos da sociedade; engajar-se nos Conselhos Estaduais, Municipais e Federais, favorecendo a construção de redes de apoio para o reconhecimento de problemas locais e globais, criando atores sociais ativos nas decisões da vida coletiva. Somente assim será possível “tratar” com dignidade humana os trabalhadores e toda população, consequência disso à máxima valorização dos movimentos sociais no Brasil.

Embora o alcance deste trabalho seja limitado, espera-se contribuir para elaboração de futuras e novas pesquisas sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jose Tarcízio de. **Direito Constitucional do Brasil**. Belo Horizonte; Del Rey, 2008. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=crO39UJW0pQC&oi=fnd&pg=PA1dq=direito+constitucional+do+brasil>>. Acesso em: 8 maio 2016.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. In: Lua Nova [online]. 2009, n.76, p. 49-86.

AS-COA. Entrevista: Fábio Malini **sobre as redes sociais, as manifestações e transparência no Brasil**. Site, 14 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.as-coa.org/articles/entrevista-f%C3%A1bio-malini-sobreredes-sociais>>. Acesso em: 9 set. 2017.

BIHR, Alan. Da grande noite à alternativa. **O movimento operário em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**/ Norberto Bobbio; tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRASIL. Governo Federal. **Resolução Nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. (2012) **“Teoria crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas”**. In: Breno Bringel e Maria da Glória GOHN (Org.) **Movimentos Sociais na Era Global**. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 185-215. Ano 2014.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CARVALHO, Leandro. **"Surgimento da burguesia"**; Brasil Escola, 2010. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/surgimento-burguesia.htm>>. Acesso em: 3 set.2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de pesquisa, n. 115, p. 139-154, março/2002.

ENGELS, Friedrich. **Prefácio à terceira edição alemã de 1885 de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Obras Escolhidas em três tomos. Edições Avante! - Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, t. 1, p. 416.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. **Direitos Indígenas: o debate na Constituinte de 1988**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ/FICS, 2004. Acesso em 08/09/2017.

FERREIRA, Delson. **Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**. – 2. ed. – 9. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **Os direitos sociais e sua regulamentação: Coletância de leis**/Luiz Antônio Miguel Ferreira - São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago., 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil / Challenges of social movements in Brazil today **SER Social**, Brasília, v.15, n. 33, p. 261-384, jul.-dez., 2013.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003a.

IHU On-Line, Instituto Humanistas Unisinos On-line. **"A Internet, sem anonimato, é uma prisão de segurança máxima"**. Entrevista com Henrique Antoun. Página

Oficial da IHU, 10 maio 2010. Disponível em:  
<<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LANE, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LÊNIN, V. I. **A Luta de Classes**. Lisboa: Avante!, 1977, t. 1, p. 13. (Obras Escolhidas em três tomos).

MANCE, Euclides André (Org.). Anampos – **Relatório dos Encontros Nacionais (a concepção e o papel estratégicos do movimento sindical e popular – 1980 a 1989)**. [I Encontro – Documento de Monlevade, fev. 1980] Curitiba, CEFURIA, 1990.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. Ed Cortez, São Paulo 2010.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica** / José paulo Netto e Marcelo Braz. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012. – (Biblioteca Básica de serviços sociais; v. 1)

MARX, K. **Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MENESCAL, Andréa Koury. História e gênese das ONGs. In: GONÇALVES, Hebe Signonini (Org.). **ONGs: solução ou problema?** [s.l: s.n], [199?].

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. História: debates e tendências**, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 32.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

SILVA, Maria Lucia Carvalho da. Movimentos Sociais: gênese e principais enfoques conceituais. **Revista Kairos**. São Paulo, 2001.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TAVARES, Viviany Rodrigues de Souza; BARBOSA, Bruno dos Reis; SANTOS, Flávia Martins dos. **O Uso Das Redes Sociais Como Meio De Mobilização Social nos protestos nacionais de junho de 2013**. Curitiba (Paraná), VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, 20 - 22 nov. 2013. Disponível: <<http://www.academia.edu>>. Acesso em: 10 set. 2017.

VICENTINO, Cláudio. **História para ensino médio**: história geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade** – Fundamentos da sociologia compreensiva. v.2. Brasília: UnB, 1999.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Nome
- Idade
- Movimento social
- Tempo de militância
- Qual sua história de ligação com os movimentos sociais?
- Qual o objetivo do movimento social em que você está inserido?
- Qual a importância dos Movimentos Sociais para a sociedade?
- Qual a contribuição do movimento social?

## **APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: Movimentos Sociais: Desafios e Perspectiva, desenvolvida por Ronaldo dos Santos Amarantes. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Luciana Gomes Marinho, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) 991297839. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral: Conhecer o papel dos novos movimentos sociais na atual conjuntura neoliberal, esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

---

Assinatura do (a) participante:

---

Assinatura do (a) pesquisador (a):

---

Assinatura da testemunha:

## APÊNDICE C – PARALISAÇÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fotografia 1: Concentração na Praça da Bandeira em Fortaleza – Ceará.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Fotografia 2: Caminhada nas ruas do Centro Comercial de Fortaleza.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.